

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

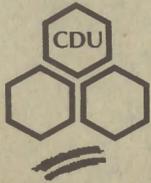
Ano 58 - Série VII - N.º 763
11 de Agosto de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Trabalhadores contra pacote laboral

- **PCP vai requerer declaração de inconstitucionalidade**
- **CGTP: o assunto não está encerrado**

Pág. 3/Semana



**Dia 21 há eleições
em novas freguesias
CDU sobe em Arões**

Pág. 6/Semana

A Paz ganha terreno

- **Cessar-fogo no Golfo**
- **Mais um passo de vulto para a paz no Sudoeste de África**

Pág. 8/Semana



**UM AUTOCARRO
CHAMADO PAZ**

Pág. 1/Semana

Artistas portugueses

Em Foco /

**na XII festa
Avante!**



Já chegaram os campeões

**Nadadores
da RDA
entre nós**

Pág. 15/Em Foco



Objectivos essenciais

O Presidente da República acaba de promulgar a lei, votada pela maioria de direita da Assembleia da República, que autoriza o Governo a emendar o pacote laboral que o Tribunal Constitucional declarou ferido de inconstitucionalidade de fundo.

Embora não esgote o recurso a novos exames pelo Tribunal Constitucional, a promulgação presidencial, pressupondo irregularidades de forma e não de fundo na primeira versão do pacote laboral anteriormente rejeitado pelo TC, repõe, de facto, toda a perigosidade da legislação antioperária que o Governo cavaquista a todo o transe tenta impor ao mundo do trabalho em Portugal.

O Governo PSD/Cavaco Silva vai pois elaborar nova lei que outra coisa não será senão uma nova versão formal de uma legislação cujo conteúdo foi não só firmemente repudiado pelos trabalhadores, como claramente rejeitado pela única instância jurídica constitucionalmente investida para se pronunciar em definitivo sobre a legalidade das leis submetidas ao seu exame — o Tribunal Constitucional.

A Comissão Política do CC do PCP, na sua reunião de segunda-feira última, decidiu instruir o Grupo Parlamentar do PCP na AR para requisitar ao Tribunal Constitucional o exame da constitucionalidade da própria autorização legislativa agora concedida ao Governo, a qual acaba também de ser repudiada pela CGTP-Intersindical.

A insistência do Governo cavaquista na imposição de uma legislação laboral antioperária e anticonstitucional integra-se como peça basilar nos planos restauracionistas do poder dos monopólios de que o Primeiro-Ministro enumerou há dias, no balanço de 1 ano do seu Governo, as 14 «reformas estruturais». Outra dessas peças de importância básica para o restabelecimento dos monopólios, neste caso da sua vertente latifundista — a lei de destruição da Reforma Agrária —, está em exame no Tribunal Constitucional e tem merecido a contestação autorizada de eminentes constitucionalistas portugueses que estão exprimindo não apenas uma significativa posição de solidariedade social e política com os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo, que os governantes pretendem esbulhar de terras e bens e do próprio pão de cada dia, mas uma defesa do Estado de direito intrínseco ao regime democrático saído do 25 de Abril.

O Primeiro-Ministro, o ministro do Emprego, o porta-voz do Conselho de Ministros e outros expoentes do partido governamental dão provas do maior cinismo quando assentam em falsos pressupostos as suas imposições de uma legislação laboral que atropela a Constituição e de tectos salariais injustos.

No primeiro caso, o pacote laboral que de novo se pretende impor é justificado sob o falaz

argumento «europeu» decorrente da integração de Portugal na CEE e, no segundo caso, agravado com a gritante escandaleira dos aumentos de 27% a 36% nos vencimentos dos altos cargos políticos, acrescidos de substanciais ajudas de custo, suplementos de reuniões extraordinárias, subsídios e outras formas suplementares de remuneração, escandalosos privilégios em contraste com a exiguidade das remunerações e benefícios sociais dos trabalhadores. Como se sabe tais escandalosos aumentos para os detentores de cargos políticos foram aprovados na AR pela exclusiva maioria do PSD, do partido do governo que impôs o irrisório tecto salarial de 6,5% para os trabalhadores com base no parecer que fez aprovar no Conselho de Concertação Social, de imediato contestado pela CGTP, justificado numa falsa taxa de inflação que os próprios meios oficiais reconhecem agora rondar pelos 10%.

A legislação laboral, dita «europeia», que o Governo PSD/Cavaco Silva pretende impor à revelia da Constituição, só quase «igualiza» as da «Europa dos 12» na liberalização ainda mais absolutizada dos despedimentos individuais e colectivos dos trabalhadores portugueses.

Significativamente, silencia as abissais diferenças salariais e dos benefícios sociais entre Portugal e os restantes países da Comunidade e cuja fundamentação não assenta numa consideração razoável das diferenças do nível de produtividade entre Portugal e os países mais desenvolvidos da CEE mas na estreiteza da política de distribuição dos rendimentos do trabalho estabelecida pelos governos da direita em Portugal, relativamente aos restantes países da Europa comunitária.

É, pelo contrário, na aviltante diferença salarial dos trabalhadores portugueses, relativamente aos dos outros países da CEE, que assenta a reiterada solicitação do Primeiro-Ministro aos investidores estrangeiros para que invistam os seus dinheiros em Portugal, que se podia traduzir assim: «Srs. investidores estrangeiros: façam em Portugal os vossos investimentos, porque temos por cá uma mãozinha-d'obra muito barata...».

O Primeiro-Ministro e os seus comparsas do Governo e do PSD silenciam deliberadamente que os trabalhadores portugueses ganham um salário 7 vezes inferior ao dos trabalhadores da RFA e que mesmo relativamente a um outro país europeu não integrado na CEE — a Suíça, onde trabalham sazonalmente muitos milhares de trabalhadores portugueses — o salário horário é 8 vezes superior ao salário horário médio pago em Portugal!

O Governo PSD/Cavaco Silva, que se tem mostrado um emérito mistificador da opinião pública, está actualmente empenha-

do numa vasta operação demagógica estival de férias de ludíbrio do povo português.

Ainda há dias vimos como os governantes abordavam duas questões «quentes» da sua política de juventude: a do insucesso escolar e a do trabalho infantil.

No primeiro destes dois capítulos as pessoas informadas ficaram certamente cheias de espanto com as conclusões do Governo.

Numa luzida conferência de imprensa, em mesa guarnecida de ministros dos sectores mais contestados da política governativa de Cavaco, vimos como o Governo «descobriu a pólvora» quanto às causas do insucesso escolar...

Há um ror de tempo que as estruturas do ensino (professores, sociólogos, encarregados de educação) concluíram, na base de exaustivos estudos, que a causa primária do insucesso escolar é a precariedade das condições sociais dos alunos.

Pois agora o Governo descobriu isso numa simples prática: tendo estabelecido a «meta» de uma redução de 5% no insucesso escolar para este ano lectivo constatou na base das estatísticas que a redução foi de facto de 15%! vede, mais 10% do que havia prevlsto!

Não senhor, não foi na base de nenhuma reestruturação de métodos de ensino, nada disso! Foi desta maneira bem simples: aumentando nas escolas primárias os suprimentos de pão e leite aos alunos!

A manipulação das estatísticas é, aliás, uma velha prática dos governos de direita elevada ao mais alto grau pelo tecnocrata Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, como foi agora o caso do trabalho infantil.

Apurou a CGTP que a exploração do trabalho infantil rondava os 200 mil «infantes» e que, por exemplo, só no distrito de Braga foram detectados mais de 400 casos de violação da lei. Pois o Governo só apurou 127 e nega que deixou passar os 60 dias legais para a autorização legislativa de proibição e repressão do trabalho infantil...

Numa das outras «reformas de estrutura» de importância básica para o restauracionismo do Governo PSD/Cavaco Silva os governantes estão a levar «rapidamente e em força» para diante a ofensiva das reprivatizações.

Foi já decretada a passagem das duas primeiras empresas públicas enunciadas pelo PM — o Banco Totta-Açores e a UNICER — a «empresas colectivas de direito privado», um eufemismo para rebaptizar as velhas «SARL» do Estado monopolista extinto com o 25 de Abril.

A abertura da produção e distribuição de energia eléctrica ao capital privado — que já recolheu propostas que se elevam a mais de 50 milhões de contos com vista a apanhar sectores rentáveis — constitui o primeiro golpe no estatuto nacionalizado da EDP, uma empresa de emilente utilidade pública, actualmente deficitária.

Resumo

3 Quarta-feira

O Presidente da República envia ao Tribunal Constitucional a Lei de Bases da Reforma Agrária, para fiscalização preventiva da sua constitucionalidade ■ O Tribunal Constitucional declara inconstitucional o artigo 1.º do decreto de alteração do sistema eleitoral para a Assembleia Regional da Madeira ■ Os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) anunciam greve nacional para os próximos dias 11 e 12, lutando por uma redução do horário de trabalho ■ O jovem alemão-federal Mathias Rust, que aterrara na Praça Vermelha no ano passado, violando o espaço aéreo da URSS, é libertado por ordem do Soviète Supremo da União Soviética ■ 143 jovens sul-africanos anunciam em declaração conjunta a sua decisão de não integrarem o exército racista ■ A Televisão de Macau anuncia que a empresa terá novos sócios, originários de Hong-Kong e do Japão, a partir de Janeiro de 1989 ■ Termina a telenovela «Roque Santeiro».



lavra a escritora Natália Correia e o jornalista António Borge.

5 Sexta-feira

«Vamos continuar a assumir uma posição para inviabilizar o pacote laboral» mesmo que o PR o promulgue — afirmam dirigentes da CGTP-IN em conferência de imprensa ■ A JCP apresenta aos jornalistas os seus projectos para a «Cidade da Juventude» da 12.ª Festa do «Avante!» ■ O Governo italiano nomeia um novo magistrado para Alto Comissário na luta contra a Mafia ■ A agência noticiosa panameniana «Panapress» afirma que os EUA «estão a pôr em marcha uma nova ofensiva para anular os tratados» firmados por Carter e Torrijos em 1977 relativos ao Canal ■ O secretário-geral do PS termina uma visita à República Popular de Angola, onde esteve uma semana a convite do MPLA ■ O Senado dos EUA recusa um aumento de 500 milhões de dólares para o programa da «guerra das estrelas».

6 Sábado

O Ministério do Trabalho revela que no primeiro trimestre deste ano a Inspeção-Geral do Trabalho detectou 124 casos de crianças menores de 14 anos a trabalhar; a CGTP-IN afirma que só no distrito de Braga os sindicatos detectaram mais de 400 casos ■ A JCP leva às praias da linha de Cas-



cais ■ Um autocarro chamado paz ■ Cerca de 50 mil pessoas concentram-se no parque da paz, em Hiroxima, assinalando o 43.º aniversário do lançamento da bomba atómica ■ O presidente iraquiano Saddam Hussein declara aceitar um cessar-fogo se este for seguido de conversações directas com o Irão.

7 Domingo

A Brigada de Trânsito da GNR faz um balanço dos desastres de viação, afirmando que durante todo o fim-de-semana morreram dez pessoas e outras 148 ficaram feridas nas estradas portuguesas ■ Na Volta a Portugal em bicicleta corre-se a etapa mais dura, a subida da serra da Estrela. Manuel Cunha é o vencedor e o espanhol

Martinez mantém a «amarela» ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se de emergência para debater os desenvolvimentos da situação no Golfo, depois de o Irão e o Iraque terem removido os obstáculos à declaração de um cessar-fogo ■ O Conselho Central da Palestina acolhe com reservas a recente decisão do rei Hussein da Jordânia de cortar os laços administrativos entre o seu país e o território árabe ocupado da Cisjordânia.

8 Segunda-feira

A Comissão Política do Comité Central do PCP recomenda ao grupo parlamentar do Partido que se requeira a declaração de inconstitucionalidade da lei de autorização legislativa que permite ao Governo alterar a legislação laboral ■ O Presidente da República parte para Quito, onde assistirá à tomada de posse do novo Chefe de Estado do Equador, Rodrigo Borja ■ Mais mortos na estrada: um autocarro choca com um pesado de mercadorias; balanço, 4 mortos e 32 feridos ■ Angola, Cuba e África do Sul anunciam que entrou em vigor às 16 horas um cessar-fogo entre os três países ■ O secretário-geral das Nações Unidas marca para as três horas do próximo dia 20, a entrada em vigor de um cessar-fogo na guerra entre o Irão e o Iraque.

9 Terça-feira

Uma manifestação de emigrantes lesados com a falência da Caixa Económica Faialense termina no Terreiro do Paço com confrontos com a po-



licia ■ Os trabalhadores da administração local confirmam a greve nacional marcada para dias 11 e 12, e marcam para dia 18 uma manifestação em Montechoro, junto à casa de férias do Primeiro-Ministro ■ O PCP apresenta na AR um projecto de lei sobre a «Carta dos Direitos dos Cidadãos Deficientes» ■ A RPD da Coreia aceita realizar conversações com a Coreia do Sul, nomeadamente sobre não-agressão e participação nas Olimpíadas ■ Depois de dois dias de manifestações anti-governamentais fortemente reprimidas (200 mortos) em várias cidades da Birmânia, é declarado o recolher obrigatório ■ A SWAPO declara que cessará a 1 de Setembro as acções militares contra a África do Sul, se esta respeitar os compromissos assumidos na reunião quadripartida de Genebra ■ Uma greve geral assinala o início do nono mês do levantamento popular nos territórios ocupados por Israel.

Outras (como a Quimigal e a Siderurgia) estão na calha e só o patinar do mercado bolsista está a dificultar a realização plena e imediata da «máxima» expressa pelo secretário de Estado Marques Mendes: «O Governo não vai esperar pela revisão constitucional para as reformas fundamentais da sociedade portuguesa».

De facto, a revisão constitucional que as confederações patronais exigem — e que o Governo PSD/Cavaco procura ultrapassar ou antecipar com «reformas fundamentais» através de leis ordinárias para cuja aprovação basta maioria simples — é um objectivo essencial de que o capital monopolista português e estrangeiro não quer prescindir.

A maioria de direita na AR, com toda a sua capacidade decisória na aprovação das leis comuns não tem força para operar por si só as alterações à Lei Fundamental que exigem a votação de dois terços dos deputados.

Por isso, aliando a «mansidão» das propostas e referências visando o PS — sem o qual é impossível fazer a revisão constitucional — o Primeiro-Ministro e os seus comparsas não perdem momento para dizer que tal ou tal das suas «reformas de estrutura» têm a paternidade original do PS.

E na verdade, na tentativa deliberada de fazer a revisão subversiva da Constituição de colaboração com o PS, Cavaco Silva e o PSD procuram amarrar às responsabilidades da revisão impopular do texto constitucional a direcção do PS que ficaria indissolúvelmente responsabilizada por esse passo jurídico de que a direita sociológica e política tem necessidade para inverter as realidades saídas da Revolução de Abril.

O PCP recorrerá a todas as formas que a legalidade democrática permite utilizar para obstar e entrar este processo restauracionista.

Ao mesmo tempo o PCP reafirma a sua disponibilidade para uma convergência de esforços dos partidos e organizações democráticas, para uma acção concertada em defesa das conquistas fundamentais de Abril, para a construção de uma necessária alternativa democrática ao Governo e à política da direita.

Esse é o timbre de cada manifestação política pública que os comunistas impulsionam e organizam, de cada acção unitária que conjuntamente com outros democratas e em particular com os socialistas levam a cabo no momento actual nas diversas esferas da vida e da luta do povo português, designadamente no plano sindical, da luta pela paz, e outras.

Com essa disponibilidade e determinação, mesmo numa época estival aparentemente inactiva por motivo das férias mas que é imperioso animar e dinamizar nas formas adequadas, os comunistas não pouparão esforços para que se atinjam aqueles objectivos políticos essenciais.



4 Quinta-feira

O Conselho de Ministros decide alterar o diploma que criou a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos, que passará a ser presidida por um membro do Governo ■ João Jardim insurge-se contra a posição do Tribunal Constitucional sobre a proposta de lei eleitoral para a Madeira, classificando-a de «erro grosseiro» que «só pode acautelar a sobrevivência ao Partido Comunista no parlamento» daquela região autónoma ■ O Coordenador da Pró-Associação Sindical da PSP, comissário Santinhos, comenta a iniciativa da UGT de criar uma associação paralela como atitude divisionista que «chegou tarde» à PSP ■ A Comissão Nacional de Trabalhadores do BNU pronuncia-se contra a decisão de fazer passar o banco a sociedade anónima ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Chevarnadze, é recebido em Kabul para uma visita de trabalho ■ A União Soviética volta a apelar aos Estados Unidos, em Genebra, para que respeitem durante o período mínimo de dez anos o tratado sobre Defesa Anti-Míssil ■ As delegações reunidas em Genebra nas conversações sobre a África do Sudoeste anunciam ter havido progressos e decidem prolongar as negociações com vista a acordo ■ É lançado em Lisboa o livro «Aprofundar a Perestroika», em sessão muito participada em que usam da pa-

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heskla
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Semana

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 763

11 de Agosto de 1988

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Um autocarro chamado Paz

Que leva uma mão-cheia de jovens a tomar o autocarro, num sábado de manhã, e a percorrer as praias da Linha, sem molhar o pé nem aproveitar o sol? Razão forte, com certeza. Sobretudo se pensarmos que o destino do autocarro não era nenhum em particular e a viagem que se propunha fazer era apenas a de dar a volta, parando aqui e acolá, deixando os passageiros conversar um pouco com este e aquele sobre um acontecimento que se produzira há... 43 anos atrás!

Não era porém de uma viagem ao passado que se tratava.

De resto, quem desse conta da mão-cheia de passageiros que ocuparam o autocarro e nele viajaram, ficava logo a saber que, sendo jovens e mostrando-o, a sua preocupação era muito mais o futuro do que aquilo que nenhum deles pudera presenciar há 43 anos, mas cuja marca não querem que fique no esquecimento. É que, para os jovens como para os menos jovens, esquecer é

arriscar a repetição de tragédias. E quem quer voltar a Hiroxima?

A viagem do autocarro, a que chamaram Paz, foi uma iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa. É certo que aqueles jovens que nela tomaram parte sabem perfeitamente que nem uma frota de autocarros será suficiente para o tamanho da tarefa que todos têm pela frente — a de lutar pela Paz. E que esta viagem curta, de um sábado pelas praias de férias, tem apenas o valor de um símbolo. Mas que nem por isso deixa de ser uma chamada de atenção em tempo de descaso e de divertimento.

Os jovens tiveram a oportunidade de expor as suas preocupações, de divulgar as razões da iniciativa, de conversar sobre o valor da Paz. Surpreendendo certamente muitos veraneantes. Mas sendo sempre bem recebidos. É que nestas coisas de paz, a maioria das pessoas entende-se perfeitamente.

Foi, pois, uma viagem que valeu a pena.



Porquê?

Os jovens comunistas que participaram na viagem do «Autocarro Chamado Paz», não se limitaram a viajar pelas praias nem a agitar bandeiras. Falaram com as pessoas. E distribuíram as suas razões, o porquê da iniciativa. Num documento que entregaram aos veraneantes do passado sábado podia ler-se, se dúvidas houvesse sobre a luta em favor da Paz:

- Porque não podemos a produção e instalação de armas de destruição massiva, que nos arrasta para a beira do abismo, desviando gigantescos recursos que poderiam transformar a vida da Humanidade;
- Porque não podemos ficar indiferentes perante o perigo maior que representa o trânsito e estacionamento no Tejo de submarinos nucleares e outros navios, equipados com armas capazes de tudo destruir;
- Porque queremos Portugal, a Península Ibérica, o Mundo, livres de armas nucleares;
- Porque para viver em paz não precisamos de armas, precisamos de trabalho, de ensino, de alimentação;
- Porque queremos um mundo onde os recursos humanos, naturais, técnicos e financeiros sejam postos ao serviço do nosso futuro;
- Porque queremos substituir a ganância, a violência e a loucura armamentista, por fraternidade, solidariedade e confiança;
- Porque as decisões que dizem respeito à Paz e à Guerra são do domínio de todos nós;
- Porque somos jovens e não nos demitimos da responsabilidade de decidir o que queremos no país que é nosso;
- Porque queremos viver em Paz — uma paz ligada ao quotidiano e às aspirações legítimas da juventude;
- Porque queremos que mais jovens acreditem na resolução dos problemas que todos sentimos;
- Porque é nossa obrigação alertar, informar e congrega esforços na divulgação desta realidade que não queremos para o futuro;
- Porque as ideias que perfilhamos não são ainda realidade.

Por tudo isto, nós, jovens comunistas, tudo faremos para que o Movimento Juvenil em defesa da Paz se torne cada vez mais amplo. Por tudo isto, um «Autocarro Chamado Paz».

Proletarios de todos os países, UNI-VOS!

Neste número de
Agosto 1988

O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Entrevista com
Carlos Brito



Trabalhadores

Com a complacência do Governo

Alastra exploração do trabalho infantil

«Entidades»

«Já falámos com entidades mas levámos sempre com a porta na cara», disse à reportagem de um matutino um dos emigrantes que se manifestaram anteontem no Terreiro do Paço contra o processo como foi resolvida a falência da tristemente célebre Caixa Económica Faialense.

A CEF, que ficou a dever mais de um milhão de contos, sobretudo a emigrantes, já fechou a porta há dois anos e foi posteriormente proibida de exercer o comércio bancário pelo ministro das Finanças. Diversas «entidades» nunca mais disseram água vai a nenhum dos prejudicados.

Entretanto parece que os emigrantes não desarmam. Teimam mesmo em responsabilizar algumas «entidades», persistem em falar com outras «entidades», têm mesmo escrito a algumas dessas «entidades».

Como vivem e trabalham longe de tais «entidades», talvez os emigrantes pensem que é por isso tão difícil chegar à fala com elas. Uma vez em Portugal, perdida muita da paciência, foram manifestar-se, desfilando desde Santa Apolónia até ao Terreiro do Paço. A ver se por acaso alguma «entidade» aparecia a responder-lhes às questões tantas vezes levantadas.

As «entidades» não apareceram. Mandaram gente por si. Gente de armas, claro, que é como as «entidades» gostam de fazer representar-se ao vivo. Gente de poucas falas e de grande violência. Os emigrantes foram agredidos, embora entre eles se encontrassem mulheres e crianças. Um dos manifestantes foi mesmo detido. Não para o levarem a alguma das «entidades». Talvez sim para lhe fazerem ver que isto de

«entidades», em Portugal, só aparecem na televisão ou então em cerimónias cuidadosamente distantes de todos quantos lhes querem pedir responsabilidades. Queixou-se, à reportagem que a TV apresentou nessa mesma noite, um dos participantes na manifestação. Que aquilo não eram maneiras de receber as pessoas, que há anos em Portugal não era de esperar que modos assim pudessem acontecer. Um outro explicou que estavam fartos de escrever cartas às «entidades» mas que elas ou não respondiam, ou respondiam a dizer que tinham enviado a reclamação para outra «entidade». Isto de Presidente para Primeiro, de Ministro para Secretário, de Subsecretário para qualquer outra pessoa que ainda seja «entidade». Foi mesmo enviada uma carta a Cavaco Silva, subscrita por cerca de três mil pessoas, os emigrantes mostram-se já, pelo menos, desconfiados. Em relação a uma tal Comissão Liquidatária, nomeada pelo Primeiro-Ministro, que não quer receber ninguém. Em relação à indiferença geral mostrada pelos responsáveis por todo este processo que deixa os emigrantes espoliados de centenas de milhares de contos.

Mas isto de «entidades» é assim.

É verdade que existem. Porque tomam decisões, na maior parte das vezes lesivas da maioria das pessoas. Porque se aproveitam delas, do seu trabalho e suor e até dos seus votos quando toca a eleições.

Mas têm grande facilidade em desfazerem-se em fumo, em desaparecerem completamente, em não estarem lá quando lhes são pedidas contas. Em lavarem as mãos como Pilatos. Em aparecerem muito na televisão como se fossem apenas fantasmas feitos de luz e de som. Ainda na mesma noite, uma das «entidades» conotadas com todo este processo, «apanhado» pela reportagem da TV, disse que não tinha já nada a ver com isso. Tratava-se do Presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral. Ou da sua imagem apenas...

As outras «entidades» nem sequer apareceram. No entanto a desconfiança destes emigrantes transformou-se em certeza. E provavelmente em cautela. Como muitos outros dos seus compatriotas, aprenderam que não dá acreditar em «entidades». Mas que vale sempre a pena lutar pelos direitos de cada um. De tal modo que, para o dia seguinte, ficou marcada uma reunião com o secretário do Tesouro. As «entidades» são como as melgas. Incomodam muito mas são difíceis de agarrar.

A adopção de uma política de desenvolvimento económico que corrija as assimetrias regionais e sectoriais e que aponte claramente para o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, constitui em termos globais a solução preconizada pela CGTP-IN para os casos de exploração da mão-de-obra infantil, fenómeno que no entender da Central dos trabalhadores portugueses continua a alastrar sem que até ao momento o Governo tenha concretizado as prometidas medidas de erradicação deste flagelo da sociedade portuguesa.

Com efeito, como lembra a CGTP-IN em comunicado distribuído aos órgãos de informação, as promessas de que iriam ser agravadas as multas ao patronato sem escrúpulos que continua a explorar o trabalho de crianças acabaram por não se efectivarem, uma vez que, como é sabido, a decisão do Conselho de Ministros que ia nesse sentido foi tomada depois de caducar a autorização legislativa de que o Executivo necessitava para o efeito.

Não é simultaneamente alheio à proliferação desta verdadeira praga, por outro lado, o facto de o Governo continuar a adoptar uma política de limitação dos aumentos salariais e de despedimento em importantes unida-

des industriais localizadas em regiões já de si bastante precarizadas.

Recorde-se ainda, como assinala o comunicado da Inter, que o Governo mantém a sua indisponibilidade para ratificar a convenção 138.º da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que fixa a idade mínima de emprego nos 16 anos, quando a generalidade dos Países da CEE já o fizeram.

De notar igualmente, para além da ausência de vontade política por parte do Governo para pôr cobro a este flagelo, o preocupante immobilismo da Inspeção Geral do Trabalho, merecendo ainda registo a estéril cortina de silêncio que a RTP tem mantido relativamente a este assunto, tanto

mais chocante quanto é sabido que importantes cadeias de televisão francesas e holandesas deram já através de importantes reportagens um merecido relevo ao assunto.

O alargamento das dotações financeiras dos serviços de acção social escolar e o pagamento da totalidade das despesas escolares aos filhos de famílias cujo rendimento per capita seja igual ou inferior a 50 por cento do salário mínimo nacional no seu valor mais alto sempre que os mesmos se encontrem no período de escolaridade obrigatória, constituem entretanto duas das medidas de carácter pontual preconizadas no imediato pela CGTP como forma de minorar este gravíssimo problema.

Neste mesmo sentido se inserem ainda, por sua vez, as propostas que prevêem o melhoramento da rede escolar com especial incidência no preparatório e secundário, o rigoroso controlo do cumprimento da escolaridade obrigatória, a elevação da idade mínima de admissão no trabalho para os 16 anos e a cria-



ção de cursos de formação profissional subsidiados para os jovens que não tenham ou não possam terminar a escolaridade obrigatória na idade exigida.

Face à intransigência do Governo Trabalhadores das autarquias em greve hoje e amanhã

Os trabalhadores da administração local efectuarão hoje e amanhã uma greve a nível nacional a que se juntará nos três dias seguintes o não cumprimento das horas extraordinárias, como forma de luta pela negociação de aumentos salariais intercalares e pela redução do horário de trabalho.

Para os trabalhadores, insatisfeitos com o atraso do Governo no cumprimento de promessas por si feitas relativamente a estas matérias, em causa está sobretudo a alteração do decreto 187/88, fixando como horário máximo 40 horas semanais para o pessoal operário e auxiliar das autarquias e a negocia-

ção de um aumento intercalar para este ano.

No entender dos dirigentes do STAL de Lisboa, segundo foi dito em conferência de imprensa na passada semana a propósito dos aumentos salariais, não faz sentido a manutenção de um aumento de 6,5 por cento para a Função Pública, imposto no início do ano na base de «dados comprovadamente falsos», uma vez que a inflação se situa já nos 8,5 por cento, havendo ainda a registar o facto escandalosamente contrastante do aumento de 36 por cento apro-

vado pelo grupo parlamentar do PSD.

De acordo com uma informação prestada pelo STAL à hora de fecho do nosso jornal, altura em que nos foi confirmada a manutenção da greve para hoje e amanhã, contam-se também entre os objectivos desta luta dos trabalhadores da administração local a reestruturação das carreiras, a regulamentação das classificações de serviço, a implementação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, o reforço das verbas destinadas às autarquias e ainda a rejeição do pacote laboral.

Novo CCT em negociação para comércio de Beja e Setúbal

Os trabalhadores do comércio do sector retalhista dos distritos de Beja e de Setúbal, através do seu sindicato, entregaram às respectivas associações de comerciantes propostas visando rever os salários e demais matéria pecuniária bem como a introdução de novas cláusulas como sejam subsídios de alimentação e a redução para 40 horas do horário de trabalho semanal.

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul alerta entretanto para o facto de a Associação Comercial de Beja considerar extemporânea a proposta de revisão apresentada pelo Sindicato (recorde-se que a sua entrada em vigor deveria ter ocor-

rido no primeiro dia do corrente mês), argumentando para o efeito que o prazo de denúncia é a publicação do Boletim de Trabalho e Emprego (BTE) e não o do CCT livremente negociado pelas partes, circunstância que poderá atrasar a negociação em cerca de dois meses, pondo assim eventualmente em causa a vigência de 12 meses.

De acordo com um telex chegado à nossa redacção assinado pela direcção do Sindicato, a proposta de aumento da tabela salarial apresentada às associações de comerciantes do distrito de Setúbal é na ordem dos 14 por cento, situando-se o subsídio de almoço nos 150 escudos.

Na Arrancar Um horário de antigamente

A firma Arrancar, a maior empresa têxtil do distrito de Aveiro, está a impor durante o corrente mês de Agosto um horário de trabalho de 11 e 30 horas diárias, incluindo sábados e domingos, facto que levou já o Secretariado da Zona de Agueda da União dos Sindicatos de Aveiro a solicitar a intervenção urgente da Inspeção de Trabalho no sentido de pôr fim a esta escandalosa situação.

Os trabalhadores iniciam a sua jornada de trabalho às oito horas e terminam às 20 horas, tendo apenas um intervalo de trinta minutos das 12 às 12 e 30 horas, auferindo na sua maioria o salário mínimo nacional.

Para aquela estrutura sindical, de quem partiu a denúncia deste caso, e segundo o comunicado chegado à nossa redacção, os métodos adoptados pela direcção da empresa constituem «uma verdadeira mina de ouro para a Arrancar».

Trabalhadores

Para a CGTP processo não está encerrado

Pacote laboral continua ferido de inconstitucionalidades

Na sequência da promulgação pelo Presidente da República da lei que autoriza o Governo a legislar sobre matéria laboral, a CGTP-IN vai diligenciar junto de todas as entidades competentes para que requeiram a «fiscalização sucessiva» da constitucionalidade desta Autorização Legislativa.

Para a *Inter*, de acordo com declarações dos seus dirigentes proferidas no início desta semana, o processo não está concluído, mantendo-se a convicção de que a iniciativa legislativa do Governo está ferida de inconstitucionalidade quer formal quer material, pelo que, confiam, as instituições funcionarão e o «pacote laboral» será derrotado.

No entender da Central dos trabalhadores portugueses, caso o Governo venha a aprovar o pacote laboral com base na lei de Autorização Legislativa agora promulgada, o Presidente da República não pode deixar de o sujeitar à fiscalização preventiva.

Esta opinião fora de resto já dada a conhecer em conferência de imprensa realizada na passada semana, tendo Manuel Lopes, José Luís Judas e Álvaro Rana alertado na ocasião para as «gra-

ves consequências sociais e laborais que adviriam na declaração de inconstitucionalidade da lei de Autorização Legislativa caso esta, como é provável, se verificar depois da publicação do Decreto-Lei autorizado».

Ou seja, se em resultado das diligências da CGTP-IN for declarada a inconstitucionalidade da lei de Autorização Legislativa, qualquer diploma elaborado a partir dela será considerado inexistente. Por outras palavras, asseve-

PCP vai requerer declaração de inconstitucionalidade da autorização legislativa sobre «pacote laboral»

A propósito da Autorização Legislativa sobre matéria laboral aprovada pela maioria de direita no Parlamento e posteriormente promulgada pelo Presidente da República, a SIP do PCP tornou público o comunicado que passamos a transcrever:

A Comissão Política do Comité Central do PCP, na sua reunião de hoje, decidiu recomendar ao grupo parlamentar do Partido que, ao abrigo e nos termos do artigo 281.º da Constituição, requeira ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade da lei de autorização legislativa que concedeu poderes ao Governo para alterar a legislação laboral.

Na base desta iniciativa agora recomendada ao seu grupo parlamentar, encontra-se a apreciação feita pelo PCP de que a lei de autorização legislativa aprovada na Assembleia da República continua, tal como a versão oportunamente chumbada pelo Tribunal Constitucional, ferida de várias inconstitucionalidades.

8.8.88
A SIP do PCP

ra a *Inter*, «ter-se-á publicado um diploma organicamente inconstitucional, porquanto o Governo não detinha com-

petência para elaborar e aprovar o «pacote laboral».

Nesse sentido, acentua ainda a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, qualquer diploma que possa vir a ser aprovado pelo Governo, decorrente da lei de Autorização Legislativa, não poderá deixar de ser sujeito à fiscalização preventiva da sua constitucionalidade pelo Presidente da República, dado ser essa «a única via que poderá evitar tão degradante situação jurídico-formal, com os consequentes efeitos nefastos no plano social».

Recorde-se ainda que entre as razões que estão na base da inconstitucionalidade da autorização legislativa estão, para lá da ausência de discussão pública, as violações frontais à Constituição em matérias relativas às causas de despedimento e à protecção dos representantes dos trabalhadores.

PCP requer declaração de inconstitucionalidade

Também a Comissão Política do Comité Central do PCP (ver nota da SIP) sobre este mesmo assunto entendeu recomendar ao Grupo Parlamentar comunista que, ao abrigo e nos termos do artigo 281 da Constituição, requeira ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade da lei de autorização legislativa que concedeu poderes ao Governo para alterar a legislação laboral.

Justificando esta iniciativa, recorda a SIP que, segundo a apreciação feita pelo PCP, a lei de Autorização Legislativa aprovada na Assembleia da República continua, tal como a versão chumbada pelo Tribunal Constitucional, «ferida de várias inconstitucionalidades».

Regime remuneratório da Função Pública

A Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, em carta enviada ao Primeiro-Ministro, reclamou do Governo a implementação de medidas que conduzam à alteração do regime remuneratório dos trabalhadores do sector.

Esta posição, tornada pública na passada semana, resulta da disparidade verificada entre os aumentos de 6,5 por cento impostos aos trabalhadores da Função Pública no início do ano e os valores da inflação entretanto verificados, facto que levou a Federação e demais organizações da Frente Comum a exigirem a urgente revisão intercalar das tabelas salariais.

Na missiva que fizeram chegar ao chefe do Executivo, os Sindicatos da Função Pública recordam-lhe as preocupações por si publicamente manifestadas quanto à situação remuneratória dos trabalhadores, considerando neste contexto ser uma questão candente a apreciação pelo Conselho de Ministros da revisão salarial intercalar.

No comunicado distribuído aos órgãos de informação onde dão conta desta reclamação, os Sindicatos referem ainda um outro documento entregue ao Secretário de Estado do Orçamento no qual, a propósito dos critérios gerais que devem presidir à negociação da proposta reivindicativa comum para 1989, salientam a importância da revisão de fundo destas matérias, nomeadamente no que se refere ao sistema remuneratório e de carreiras.

Instabilidade profissional dos professores

A Federação Nacional dos Professores, em nota assinada pelo seu Secretariado Nacional, denunciou a «onda» de suspensão de lugares que tem afectado muitos professores do actual ensino primário em resultado da aplicação de um decreto lei que veio alterar inexplicavelmente os critérios para a suspensão de lugares nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico.

Para aquela estrutura nacional dos professores constitui um facto «extremamente grave» que o Governo tenha posto em prática nesta altura a alteração de legislação da suspensão de lugares, na medida em que a aplicação deste mecanismo foi iniciada no período do próprio concurso e durante as férias de muitos docentes, alguns deles avisados inclusive com apenas dois dias de antecedência, circunstância que os obrigou em alguns casos a deslocarem-se centenas de quilómetros e a interromperem as suas férias.

Ao mesmo tempo que chama a atenção para a necessidade de alterar os critérios que presidem à suspensão de lugares no sentido da defesa da estabilidade profissional dos professores, a Fenprof exige do Ministério da Educação a negociação das situações que integrem o referido decreto (35/88) e que na prática, em seu entender, enfermam de «graves riscos» para os professores e para o ensino.

Ensino particular tem novo CCT

Assinado pela Fenprof é também um outro comunicado chegado à nossa redacção dando conta dos resultados da última reunião de negociação entre a A.E.E.P. e as organizações sindicais para o novo contrato colectivo de trabalho do ensino particular e cooperativo.

Para além dos problemas salariais, foram objecto de alterações na referida reunião realizada faz amanhã oito dias a criação de uma nova categoria (auxiliar pedagógica do ensino especial), a reclassificação dos professores do ensino primário e educadores de infância (passaram do nível seis para o sete) e bem assim a redução do horário máximo para 40 horas semanais a entrar em vigor em 1 de Outubro do próximo ano.

Quanto aos aumentos verificados na tabela salarial para os trabalhadores não docentes eles situam-se na ordem dos 7,7 por cento, sendo em média de 14 por cento para os trabalhadores docentes.

Este valor mais elevado acordado para os docentes, explica o comunicado que temos vindo a citar, está relacionado com o facto de no próximo ano as remunerações destes trabalhadores estarem sujeitas aos impostos tal como os restantes, uma vez que foi revogada a norma legal que os isentava.

Reforma Agrária aguarda decisão do Tribunal Constitucional

A decisão do Presidente da República remeter para o Tribunal Constitucional a Lei de Bases da Reforma Agrária para efeito de fiscalização preventiva da sua constitucionalidade foi saudada pela Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas (FENCA) e pelos Secretariados das UCP's/Cooperativas tendo estas estruturas interpretado tal medida como um acto que «dá razão aos trabalhadores e às inúmeras e diversificadas opiniões e pareceres provenientes dos mais variados sectores».

Na sua tomada de posição, os trabalhadores da Reforma Agrária reafirmam ainda a sua convicção quanto à inconstitucionalidade global da lei do latifúndio, dizendo aguardar agora serenamente a decisão do Tribunal Constitucional, a qual, recorde-se, deverá ser tomada até ao próximo dia 23 do corrente.



Desde a sua apresentação, o pacote laboral tem sido objecto de uma onda de repúdio sem paralelo por parte dos trabalhadores portugueses

Movimento de apoio à Constituição – defendem trabalhadores navais

O comportamento da maioria na Assembleia da República, sobretudo na recta final da presente sessão legislativa com a aprovação de uma catadupa de leis que introduzem profundas e graves alterações que colidem frontalmente com o edifício constitucional, foi severamente condenado pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval.

Uma tal conduta, segundo refere uma nota desta estrutura, «achincalha as instituições e desprestigia o sistema democrático», sendo particularmente chocante em seu entender a lufa-lufa posta na aprovação de uma série de diplomas que haviam merecido a condenação geral das organizações de tra-

balhadores, sem esquecer ainda, «pará que a indignidade fosse maior», o auto-aumento em cerca de 36 por cento imposto pelos deputados do PSD para os titulares de cargos políticos.

A intervenção do PSD no Parlamento afigura-se assim, na opinião dos trabalhadores da indústria naval, como um caso paradigmático do entendimento que aquele partido tem de democracia, sendo simultaneamente criticada a sua «pressa em levar por diante a revisão da Constituição que mais convém aos seus objectivos».

Detendo-se no processo de revisão constitucional em curso, o comunicado chama a atenção para a sua enorme importância, acentuando a este propósito a necessida-

de de os trabalhadores serem «elementos dinâmicos na criação e desenvolvimento de um forte movimento de opinião que defenda a Constituição e desencoraje preocupantes vacilações de algumas forças democráticas».

Consideram por último as Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval que, caso fosse por diante a revisão arquitectada pela maioria de direita no segredo dos gabinetes, seriam sobretudo os trabalhadores as «grandes vítimas», lembrando que o crescimento do poderio económico dos grandes grupos privados começaria inevitavelmente por ameaçar, se não anular, «os direitos dos trabalhadores enquanto produtores de riqueza e os das suas organizações representativas».

PCP

Solidariedade com o povo de Barqueiros

«O PCP tem estado a acompanhar desde a primeira hora a luta da população de Barqueiros e a nossa vinda aqui é para reafirmar publicamente o nosso total apoio e a nossa solidariedade à justa luta do povo de Barqueiros». São palavras de José Evangelista, membro da Comissão Distrital de Braga do PCP, a propósito da visita de uma delegação do PCP a esta localidade do concelho de Barcelos, onde toda a população está em luta contra o começo da extração de caulino pela empresa Midal. Uma luta que vem desde o ano passado e que ainda na terça-feira teve novos desenvolvimentos com os sinos a tocarem uma vez mais a rebater depois de «capangas pagos pela empresa do caulino terem agredido a população», segundo um elemento da junta de freguesia.

Compromissos do PCP

Ao manifestar o seu total apoio e solidariedade, o PCP assumiu, perante a população da freguesia de Barqueiros, vários compromissos.

- Apresentar na Assembleia da República um requerimento para exigir ao Governo explicações sobre o que aconteceu ao inquérito à actuação da GNR no dia 9/6/87 que causou um morto e dezenas de feridos.
- Exigir a punição dos principais responsáveis.
- Votar favoravelmente na Assembleia da República um inquérito parlamentar à concessão dos terrenos para exploração do caulino.
- Manifestar a sua total disponibilidade para participar num debate público a realizar na freguesia com os partidos políticos.
- Acompanhar o processo de Barqueiros até ao seu termo.
- Expressar o seu total apoio à justa luta do povo de Barqueiros.

toda suja e até o cemitério é atingido por esta pouca vergonha. As mobílias das nossas casas ficam todas cheias de terra, já não sabemos o que havemos de fazer».

Nova Comissão Concelhia do Cartaxo

As eleições intercalares, a 11 de Setembro, para as assembleias de Freguesia de Vale da Pedra e Pontével, são uma das tarefas prioritárias dos comunistas do concelho do Cartaxo.

Esta uma das decisões saídas da primeira reunião da nova Comissão Concelhia do Cartaxo do PCP, recentemente realizada.

Nesta reunião, foi ainda decidido que as outras linhas de trabalho prioritárias são a Festa do «Avante!» e a preparação do XII Congresso do PCP.

Relativamente ao trabalho do Partido no Concelho, definiu-se como zonas prioritárias o trabalho nas autarquias, a ligação às empresas, o movimento associativo e a juventude.

Nesta reunião, foi analisado o documento saído da última reunião do Comité Central, tendo sido «expresso o regozijo pela forma como foram elaborados esses documentos».

A Comissão Concelhia do Cartaxo analisou «a actual situação da agricultura no con-

celho, tendo concluído que «as chuvadas que caíram no final de Junho e princípio de Julho causaram imensos prejuízos à agricultura do concelho, nomeadamente nas produções de tomate, melão e vinha e levaram já muitos agricultores a uma situação difícil».

Os comunistas do Cartaxo «contestam ainda as formas demagógicas com que o Governo está a tratar esta situação, ignorando por completo muitos dos prejuízos causados».

A nova Concelhia

A nova Comissão Concelhia do Cartaxo do PCP é composta, por António de Sousa, António Gerardo, António Miranda, Eduardo Felício, Délio Pereira, Joaquim Ribeiro, José Horta, José Pereira, José Sereno, Manuel Nobre, Maria Augusta Carvalho, Maria Fernanda Pereira, Maria Emilia Soares, Maria de Lurdes Monteiro, Maria Manuela Martins, Maria Manuela Pereira, Maria do Rosário Freire e Virginia Cunha.

particulares foram postos acima dos interesses da freguesia».

José Evangelista, respondendo à pergunta «o que havemos de fazer?», expôs duas alternativas.

«A população de Barqueiros tem dois caminhos a seguir; ou aceita, cruzando os braços, a exploração do caulino, aguentando assim esta situação no mínimo por mais dez anos, ou continua com unidade e determinação a luta contra a extração do caulino, acabando assim,

Mendes, que também participou no debate que encheu por completo a sala, começou por declarar que «o processo de Barqueiros foi extremamente mal conduzido em termos jurídicos». E explicou que «a Lei da República, a Constituição Portuguesa, visa defender a qualidade de vida. Mas a qualidade de vida em Barqueiros, em virtude da exploração do caulino, é vista com maus olhos e, a verdade se diga, muito injustamente».

José Manuel Mendes afirmaria ainda que «a empresa Mibal já está a cometer ilegalidades, pois não podia pôr as máquinas a trabalhar sem que primeiro cumprisse com o estipulado no Decreto-Lei; plantação de ecrãs arbóreos, implantação de barreiras anti-ruído; reconstituição dos terrenos para utilização florestal, agrícola ou de lazer finda a exploração, consoante o fim a que estavam adstritos. Estas algumas das medidas que a empresa teria de adoptar e que não aconteceu».

José Evangelista, por seu turno, concluiu que «o Governo PSD e a Câmara Municipal de Barcelos são os principais responsáveis pela situação. O Governo decretou em Conselho de Ministros a expropriação das parcelas dos terrenos, e a Câmara Municipal de Barcelos deu aval às medidas e decisões assumidas pelo Governo PSD».

mais dia menos dia, por vencer. A razão está do vosso lado».

Ilegalidades

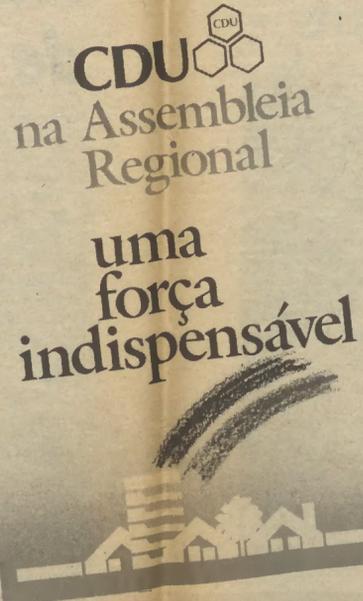
O deputado José Manuel

PCP comenta Derrota do PSD/Madeira

A propósito da declaração, por parte do Tribunal Constitucional, da inconstitucionalidade do projecto de Lei Eleitoral para a Assembleia Regional da Madeira, a direcção da Organização Regional do Partido Comunista Português emitiu o comunicado que transcrevemos de seguida.

1 — «O Tribunal Constitucional, ao declarar a inconstitucionalidade de aspectos do projecto lei eleitoral para a Assembleia Regional da Madeira aprovado pelo PSD, reduziu a nada as manobras anti-democráticas desta força política e confirmou no fundamental a justeza das posições assumidas pelo PCP nas Assembleias Regional e da República.

2 — «O PSD Madeira ao atacar o Tribunal Constitucional deixa claro que os seus objectivos com esta manobra, não eram ao contrário do que afirmava, reduzir os gastos do Parlamento mas apenas afastar administrativamente os comunistas da Assembleia Regional, deixou cair a máscara de democra-



Em Vila Nova de Poiares a Lei dos Baldios não é cumprida

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Poiares emitiu recentemente um comunicado à população onde alerta para a manutenção de vários problemas na zona. Os comunistas do concelho consideram mesmo que os problemas não só se mantêm, como têm vindo a agravar-se.

Estão neste caso estradas, ruas e caminhos, água e esgotos, habitação social, educação e ensino, cultura e desporto e a manutenção de inúmeras irregularidades.

Uma dessas irregularidades é o não cumprimento, por parte das juntas de freguesia de São Miguel de Poiares e de Lavegadas, da Lei dos Baldios 39 e 40/76, que dão aos povos o uso, fruição e administração dos baldios. Estas juntas continuam a administrar, elas próprias, estes terrenos.

Ainda falando de agricultura, a Comissão Concelhia de Vila Nova de Poiares do PCP salienta que «é urgente que o Governo e as entidades competentes tomem medidas sérias em apoio dos agricultores» que tiveram «enormes prejuízos» com as últimas chuvadas.

ta, confirmou a sua conhecida senha persecutória anti-comunista e mostrar a sua face totalitária e os seus objectivos de controlo ditatorial dos órgãos de poder regional.

3 — «Ao traçar com os seus objectivos fundamentais afastar o PCP da Assembleia Regional por via administrativa, o PSD está no fundo a reconhecer o papel fulcral desempenhado pelos comunistas na luta contra a política antidemocrática do Governo regional e em defesa dos interesses das populações da Madeira e Porto Santo.

4 — «O PCP considera-se lisongeado pela atitude persecutória do PSD Madeira, reafirma a disposição de se bater pelos objectivos que tem norteado a acção dos comunistas na Assembleia Regional e, desde já declarar solenemente a disposição de se bater na Assembleia Regional que será eleita em Outubro contra os aumentos imorais aprovados pelo PSD para os deputados e governantes e outros detentores de cargos políticos».

Poder Local



Seixal contra legislação sobre imposto de incêndios

A Câmara Municipal do Seixal protestou contra o conteúdo do artigo 42.º da Lei do Orçamento do Estado para o ano em curso que em resultado de uma indefinição no sistema retira à autarquia a verba proveniente do imposto para o serviço de incêndios.

Em resultado de tal decisão, segundo refere uma nota assinada pelo presidente da Câmara, são de novo reduzidas as receitas municipais, traduzindo-se ainda esta medida que considera «incoerente e revogatória da Lei de Finanças Locais» numa inequívoca redução da capacidade de intervenção dos bombeiros em defesa das populações.

Recorde-se que o produto de cobrança do imposto para o serviço de incêndios tem constituído receita do município, destinando-se as suas verbas a manter o serviço de prevenção e extinção de incêndios, especialmente à aquisição de materiais.

No caso do Município do Seixal, tal verba (nos anos de 1986 e 1987 cifrou-se respectivamente em 6 mil e 86 contos e 9 mil e 137 contos) tem sido entregue à Associação de Bombeiros Voluntários do Concelho do Seixal, desde a sua fundação.

Setúbal beneficia de subsídios

A atribuição à Península de Setúbal da modulação máxima para a concessão de subsídios no âmbito do sistema de incentivos de base regional (SIBR) e do sistema de incentivos financeiros ao investimento no turismo (SIFIT) foi alvo de um comentário por parte do executivo da DORS do PCP que em comunicado salienta que o elevado montante de financiamento público envolvido anunciado pelo Governo traz de novo a lume quer a «necessidade deste corrigir a sua orientação central-

zadora» quer a importância do Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PIDDS), cotocando simultaneamente na ordem do dia a necessidade urgente de o executivo «tomar medidas que lhe competem para compatibilizar aquela operação com este plano integrado».

A inclusão da área da Península de Setúbal nas zonas de modulação a que correspondem os maiores subsídios ao investimento, recorde-se, significa que estes podem atingir, segundo salienta o comunicado da DORS, 65 por cento ou 60 por cento do total dos projectos respectivamente do sector industrial ou do sector do turismo, beneficiando assim de um aumento de 30 por cento no valor dos subsídios a atribuir pela CEE.

Évora: defender riquezas do passado adaptando-as ao presente e ao futuro

A remodelação da Praça do Giraldo, em Évora, continua a suscitar um interessante debate público, perturbado apenas por algumas reacções que — longe de trazer, independentemente do seu sentido, opiniões construtivas, experiências ou fundamentações técnicas — configuram um posicionamento pouco responsável e pouco sério.

É manifestamente o caso de um recente comunicado assinado por uma alegada Comissão Política Concelhia do PSD que ao fundamentar a sua opinião acaba por «banalizar e vulgarizar» — as palavras são dos comunistas eborenses — tão importante tema através de «preconceitos de ordem partidária e pessoal».

Desmontando o referido comunicado do PSD, a Comissão Concelhia de Évora do PCP acusa aquele partido de «inverter a ordem lógica da vida democrática» na medida em que ao «auto-afirmar-se como legítimo representante e intérprete das vontades do povo eborense esquece ou procura omitir a legitimidade de um órgão autárquico livremente eleito pela população».

«Ou será que o PSD pretende pôr em causa a vontade expressa pela maioria da população eborense dos actos eleitorais realizados?», perguntam ainda os comunistas de Évora.

«Ou será que para o PSD as eleições autárquicas não constituem uma realidade viva da democracia? Ou será que o PSD não reconhece a opção manifestada maioritariamente pela população eborense através do seu voto? Ou será que o PSD tem dificuldade em viver e admitir um quadro de vivência democrática?».

Depois de considerar «fundamental» a defesa e conservação dos centros históricos e de reafirmar o «respeito pela defesa da autonomia do Poder Local», a Comissão Concelhia de Évora do PCP chama no entanto a atenção para o facto de encerrar esta problemática com «uma visão dinâmica», o que pressupõe, garante, «defender a riqueza do passado, tomando medidas concretas para a adaptação dessa riqueza às necessidades do presente e do futuro».

Nacional

«Aprofundar a perestroika» Materiais da Conferência do PCUS editados na íntegra pela «Avante!»

A Editorial «Avante!» efectuou na passada quinta-feira, num hotel de Lisboa, o lançamento público do livro «Aprofundar a perestroika», que contém as intervenções de Mikhail Gorbatchov na abertura e no encerramento da 19.ª Conferência do PCUS e as sete resoluções aprovadas em Moscovo pelos delegados dos 20 milhões de comunistas soviéticos no dia 1 de Julho. A sessão de lançamento dos textos fundamentais da Conferência juntou mais de uma centena de pessoas.

Francisco Melo, da Editorial «Avante!», salientou o contributo que com esta edição se quer dar para uma melhor compreensão em Portugal das transformações revolucionárias em curso na URSS; deu depois a palavra a António Borge e Natália Correia, convidados para falar sobre a Conferência do PCUS e a perestroika.

O jornalista António Borge fez em Moscovo a cobertura da 19.ª Conferência. Pegando nas palavras com que Gorbatchov iniciou a sua intervenção no dia 28 de Junho, o director de «o diário» considerou que uma questão que se coloca a qualquer profissional da informação que aborde o que se passa na URSS deve ser «como aprofundar o conhecimento da perestroika».

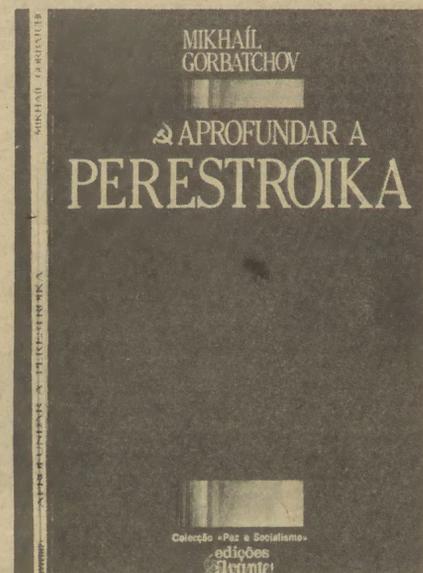
António Borge alertou para

a necessidade de retomar conceitos básicos da reestruturação soviética que são frequentemente deturpados ou transmitidos de uma forma que não permite a sua compreensão correcta; referiu, nomeadamente, os conceitos de «glasnost», «aparelho», «marcado», sublinhando que aparência e essência são coisas distintas.

A escritora Natália Correia, eleita para a Assembleia da República como independente nas listas do PRD, passou recentemente 10 dias na URSS integrada num grupo de deputadas; há dois anos participou como convidada no congresso da União dos Escritores soviéticos.

Acentuando o esforço que se faz na União Soviética para que os trabalhadores e o povo participem em todos os níveis de gestão da sociedade, Natália Correia considerou a perestroika como um «regresso ao leninismo» e uma «sovietação», por oposição à «ditadura estalinista» e à «estataização burocratizada». Quanto aos que esperam uma ocidentalização da URSS, afirmou, «devem eles próprios prescindir do seu conceito hegemónico de democracia».

Entre as muitas pessoas que encheram o salão onde se realizou o lançamento do «Aprofundar a perestroika» encontravam-se Octávio



«Aprofundar a perestroika» inclui os textos principais da 19.ª Conferência do PCUS, efectuada em Moscovo de 28 de Junho a 1 de Julho. Numa tradução da Agência de Imprensa «Novosti», foi composto e impresso no Guide — Artes Gráficas, com uma tiragem de 5 mil exemplares. Tem 156 páginas e o preço de venda ao público é 500 escudos.

Pato, Dias Lourenço, Albano Nunes e outros dirigentes do PCP e da JCP, Álvaro Rana e outros sindicalistas, Blasco

Hugo Fernandes, Vítor Sá Machado, responsáveis da embaixada soviética e da Associação Portugal-URSS.

Poder Local

Montelavar, Pero Pinheiro, Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

Dia 21 há eleições intercalares

● Subida da CDU em Arões

O próximo dia 21, domingo, é dia de eleições intercalares para várias Assembleias de Freguesia entre as quais as que têm lugar nos concelhos da Moita e de Sintra.

Trata-se de eleições para as Assembleias de Freguesia de Montelavar e Pero Pinheiro, em Sintra; e de Vale da Amoreira e Baixa da Banheira na Moita.

Nos quatro casos, duas freguesias, Montelavar e Baixa da Banheira, foram divididas, dando origem a outras duas, Pero Pinheiro e Vale da Amoreira. Nos quatro casos, trabalho, honestidade e competência são sinónimos de Coligação Democrática Unitária.



João Carlos, candidato à presidência da Junta de Freguesia de Pero Pinheiro

Montelavar

Em Montelavar, a CDU concorre com uma lista onde predomina a juventude e que é liderada por Rogério Filipe, membro da actual Comissão Administrativa, onde tem o pelouro do Desporto e da Segurança Social. Um homem comerciante de mármore, antifascista e já com uma vasta experiência autárquica, tanto na sua terra como em Évora, onde foi membro da Assembleia Municipal de 1979 a 1985.

Nesta freguesia, que compreende os lugares de Montelavar, Maceira e Ansois, a CDU dá especial interesse ao saneamento básico, nomeadamente nas duas últimas localidades, e à construção de uma ligação rodoviária Ansois, Maceira, Armés.

Mas não só, que o programa com que os candidatos CDU se apresentam à população é um programa para o futuro. É um programa cujas bases começarão a ser assestadas neste ano que falta

para as eleições autárquicas em todo o País mas que deverá continuar a ser cumprido então durante mais quatro anos.

E em todo o programa, a palavra-chave é participação. Participação da população e das suas estruturas. Vão os eleitos da CDU virar o seu trabalho para a cultura, a juventude, o desporto, as colectividades e para a Segurança Social. Mas também, intervir junto da Câmara para que esta cumpra com as suas responsabilidades e obrigações.

Pero Pinheiro

Nascida da divisão de Montelavar em duas, também a freguesia de Pero Pinheiro elege no próximo dia 21 a sua Assembleia de Freguesia.

Aqui também, a honestidade, o trabalho e a competência, é a palavra de ordem que expressa, antes de mais,

uma vontade. «Para a vitória da democracia».

O cabeça de lista é independente e chama-se João Carlos Mota Gonçalves, agente comercial de profissão, e dirigente associativo, nomeadamente nas duas colectividades da terra; o Clube Atlético de Pero Pinheiro e a Sociedade Filarmónica de Pero Pinheiro.

Freguesia constituída pelos lugares de Pero Pinheiro, Fação, Cortegaça, Quarteiras e Morelena, a sua principal actividade está na indústria do mármore, uma indústria que pode ajudar ao elevar do aproveitamento das potencialidades da nova freguesia.

Também aqui, a proposta da lista CDU em pugnar pelo saneamento básico, pela cultura e pelo desporto.

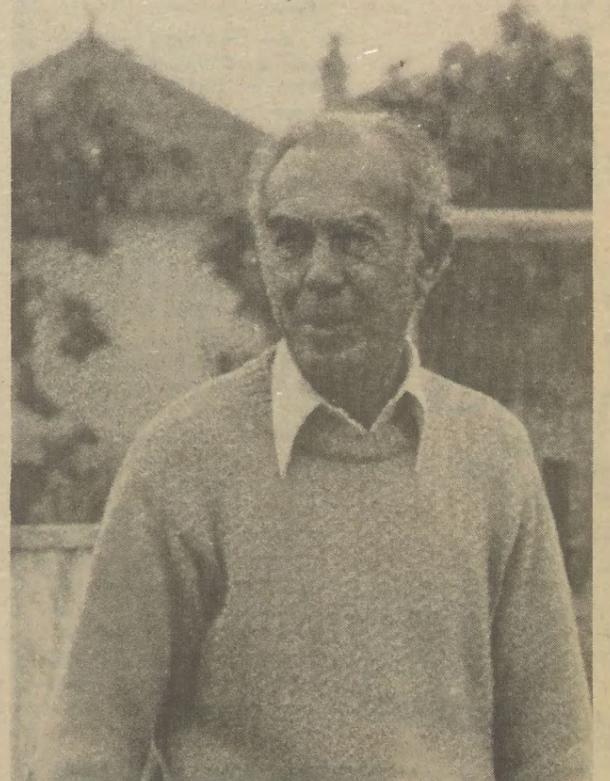
Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

O mesmo processo de divisão administrativa origina eleições no domingo 21 em



Baixa da Banheira e Vale da Amoreira. Ao contrário do que acontecia nos casos anteriores, onde a antiga freguesia de Montelavar era a única do concelho de Sintra com maioria PS, aqui, a questão põem-se em continuar um trabalho de há muito começado.

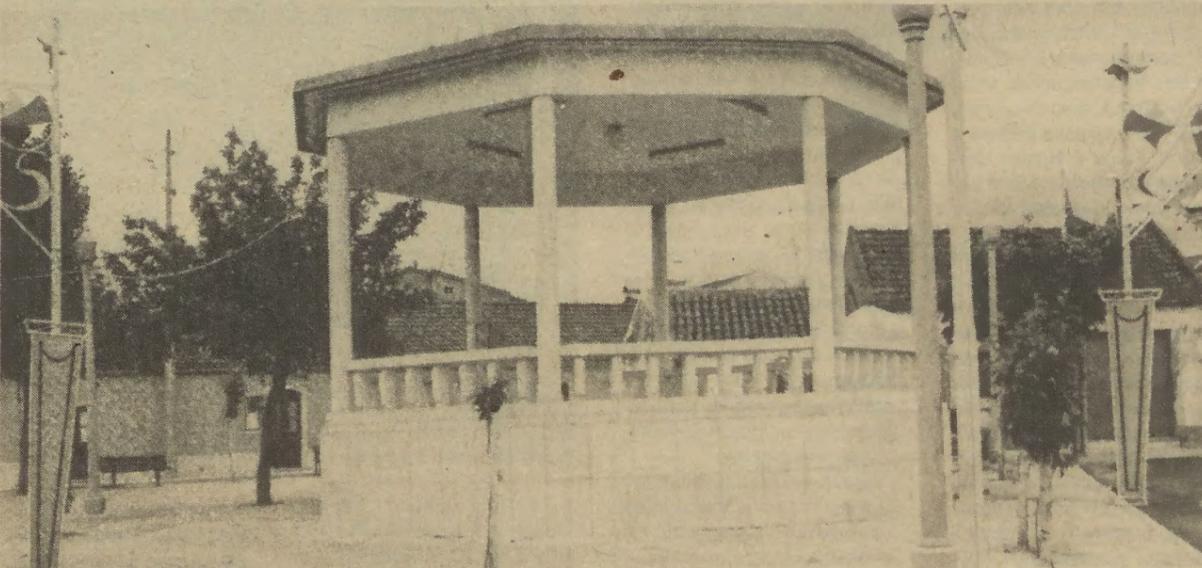
Uma obra que, uma vez mais, é sintetizada pelas pa-



Rogério Filipe, candidato à presidência da Junta de Freguesia de Montelavar



O edifício da Junta de Freguesia de Montelavar



O coreto, ex-libris da nova freguesia de Pero Pinheiro

lavras trabalho, honestidade e competência.

Domingo, 21, é dia de votar CDU. Pelo futuro.

Na Baixa da Banheira, o cabeça de lista é o actual presidente da Junta, o trabalhador da Siderurgia Nacional, José Manuel Figueiredo, e, em Vale da Amoreira, a cabeça de lista pela CDU é a psicóloga Noémia Madeira.

Arões

No passado domingo, dia 7, realizaram-se eleições intercalares para a freguesia de Arões, em Vale da Amoreira, depois de a anterior jun-

ta se ter demitido como protesto pela discriminação de que foi alvo por parte da Câmara Municipal de Vale da Amoreira na atribuição de verbas.

Nestas eleições, destaque para o resultado obtido pela CDU, que ficou a apenas quatro votos da eleição de um representante na Assembleia da Freguesia, tendo subido de 17 votos para um total de 82.

Ficou assim distribuída a contagem de votos: o CDS obteve 520 votos, a lista de Independentes, apoiada expressamente pelo PSD, obteve 259, e a CDU, como já dissemos, alcançou 82 votos. A abstenção foi da ordem dos 58 por cento.

Internacional

Regularização da questão afegã Paquistão «destrói» acordos — acusa Chevardnadze

Eduard Chevardnadze disse segunda-feira passada ao embaixador dos EUA em Moscovo que se assiste a um «evidente desequilíbrio» no processo de regularização da questão afegã: Enquanto soviéticos e agegãos estão a dar cumprimento aos acordos de Genebra — de que os Estados Unidos são país-garante, o Paquistão prossegue «acções destrutivas» dos documentos assinados em Abril passado.

O ministro dos Estrangeiros da URSS deslocou-se no fim-de-semana ao Afeganistão, onse se encontrou com dirigentes do PDPA, do Governo, do Parlamento e de algumas províncias; antes recebera na capital soviética o MNE do Paquistão, e a nota divulgada pela TASS no final do encontro continha uma crítica muito dura à atitude dos governantes paquistaneses.

Num briefing efectuado em Cabul no fim da sua visita à República Democrática do Afeganistão, Eduard Chevardnadze admitiu mesmo perante os jornalistas que os

dois países sejam forçados a «tomar as correspondentes medidas», face à violação dos acordos pelo Paquistão.

Contudo, isto não impediu que a URSS e o Afeganistão reafirmassem a sua intenção de prosseguir dentro dos prazos definidos a saída dos soldados soviéticos; até dia 15 deste mês as tropas do contingente soviético permanecerão em apenas 5 das 30 províncias afegãs: Cabul, Parwan, Herat, Baghlan e Samangan.

Enquanto várias notícias têm dado conta nas últimas semanas de confrontos, inclusivamente armados e com grande quantidade de mortos, entre os grupos contra-revolucionários que se opõem ao Governo do PDPA, o exército afegão apreendeu recentemente 175 mísseis «terra-terra» nos distritos de Pagman e Hakdja-Bar (província de Cabul).

O ministro do Interior do Afeganistão, comentando em declarações à TASS a situação militar, declarava há dias que «a iniciativa militar encon-



Do Paquistão continuam a chegar aos contra-revolucionários afegãos armas e munições, e ainda não foram desmantelados os campos de treino existentes do outro lado da fronteira

tra-se nas mãos das forças armadas da república».

Nos últimos dias o exército afegão tem efectuado várias «operações de limpeza» des-

tinadas a afastar os rebeldes e impedi-los de alvejar a capital. Nos últimos dois meses caíram sobre Cabul mais de 20 mísseis e rockets.

Prosseguir a luta contra as armas nucleares

Os governos do Peru, da Indonésia, do México, do Sri-Lanka e da Jugoslávia, assinalando o 25.º aniversário da assinatura do tratado de Moscovo que proibiu as explosões nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e no mar, propuseram em Genebra, na conferência sobre o desarmamento, que o seu âmbito fosse alargado, proibindo completamente qualquer tipo de ensaios nucleares.

Citando uma nota de imprensa do MNE peruano, o

correspondente do «Pravda» em Lima revela no número de domingo do órgão do CC do PCUS que os cinco países propuseram a convocação de uma reunião internacional especialmente dedicada a esta questão.

Em Moscovo, o comité soviético da organização «Médicos pela prevenção da guerra nuclear», divulgou, por ocasião do aniversário do tratado, um apelo para que o governo da URSS e o presidente dos EUA declararem em Agosto de 1988 uma



moratória a todos os testes nucleares.

O tratado de 1963

O tratado de Moscovo foi assinado a 5 de Agosto de 1963 pela URSS, os EUA e a Grã-Bretanha. Mais de cem países se juntaram desde então aos subscritores iniciais.

Em 1974 os EUA e a URSS assinaram um tratado limitando os ensaios nucleares subterrâneos a um máximo de 150 quilotoneladas, em 1974 firmaram outro acordo sobre ensaios nucleares com fins pacíficos. Washington nunca os ratificou, alegando a impossibilidade prática de verificar o seu cumprimento.

Em 6 de Agosto de 1985, 30 anos depois de os EUA terem lançado a bomba atómica em Hiroxima, a URSS declarou uma moratória unilateral, suspendendo durante ano e meio as suas explosões nucleares.

Em 1987, após a cimeira

de Reiquejavique, a URSS e os EUA iniciaram um processo de negociações que levou à realização de testes conjuntos para acertarem os meios de controlo da potência das explosões, por forma a que os tratados de 1974 e 1976 entrem finalmente em vigor.

«A importância deste sistema de controlo conjunto está na perspectiva da proibição total dos testes nucleares, passo que por enquanto os EUA não parecem querer dar» — afirma a Novosti num despacho a propósito.

Esta agência revelou anteriormente que a União Soviética iniciou dia 8, numa base situada próximo de Sarni (Ucrânia Ocidental), a eliminação das rampas de lançamento e dos meios de transporte e carga dos mísseis SS-20, nos termos do tratado soviético-americano assinado por Mikhail Gorbachov e Ronald Reagan na cimeira de Dezembro, em Washington.

A URSS iniciara em 22 de Julho, na base de Kapoustin Iar (junto do mar Cáspio), a destruição dos mísseis «SS-12».

Forças progressistas das Caraíbas reuniram em Georgetown

Partidos comunistas e operários e várias outras organizações democráticas de países da América Central e das Caraíbas reuniram-se na semana passada na capital da Guiana, analisando as perspectivas de intensificação da actividade das forças progressistas na região face à presente crise socioeconómica.

No encontro participaram representantes dos partidos comunistas de Cuba, da Venezuela, de El Salvador e de Guadalupe, da Frente Sandinista nicaraguense, de partidos operários e organizações de esquerda de Barbados, República Dominicana, Guiana, Porto Rico, Suriname e das ilhas de Trindade e Tobago.

Uma declaração aprovada no encontro salienta que os problemas da região só poderão ser resolvidos no âmbito dos acordos da Guatemala e com base no diálogo pacífico entre as partes interessadas.

Pedida reabertura do processo dos «seis de Sharpeville»

As autoridades judiciais da África do Sul deverão examinar a 7 de Setembro a solicitação de reabertura do processo sobre o caso dos «Seis de Sharpeville», disse em Joanesburgo, o advogado dos «Seis», Prakash Diar, citado pela Novosti.

Se a solicitação for rejeitada, a defesa só poderá dirigir-se a Pieter Botha solicitando o indulto. Em Março último o presidente Botha recusou-se a «intrrometer-se» no trabalho dos órgãos jurídicos e a revogar a pena capital.

Cinco homens e uma mulher de Sharpeville foram presos em 1984 por terem participado numa manifestação anti-racista, durante a qual foi morto um funcionário municipal cólaboracionista. Apesar de não se ter provado a culpa dos acusados, o tribunal condenou-os à pena capital com base no princípio da «responsabilidade colectiva». A sentença baseava-se nos depoimentos falsos da «testemunha» Joseph Manete, que mais tarde reconheceu oficialmente que a polícia lhós tinha arrancado com espancamentos e ameaças.

A arbitrariedade do tribunal provocou indignação em todo o mundo. Pressionadas pela opinião pública interna e externa, as autoridades da RAS decidiram a 12 de Julho adiar a execução por prazo indeterminado, concedendo aos condenados a possibilidade de interpor um recurso.

Diminuem reservas de cereais

A seca que assolou os EUA, a China e o Canadá pode levar à redução das reservas mundiais de cereais, mesmo tendo em conta o aumento da produção na Europa e na Índia — afirma um relatório do Instituto World-Watch, citado pela Novosti.

Lester Brown, o presidente desta organização que se dedica ao estudo de problemas mundiais, referiu estimativas «mais modestas» que apontam para uma diminuição da produção cerealífera em 78 milhões de toneladas métricas nos EUA, 11 milhões no Canadá e 30 milhões na China.

Procurador para o Irangate quer adiar julgamento de North

O procurador especial para o Irangate, Lawrence Walsh, pediu ao tribunal para adiar o julgamento de Oliver North, marcado para 20 de Setembro, alegando ser necessário examinar três das cláusulas do libelo apresentado ao tenente-coronel norte-americano, o principal protagonista do escândalo de venda ilegal de armas pelos EUA ao Irão, com a transferência dos lucros para os rebeldes anti-sandinistas.

Contudo, segundo um comentário da TASS, o que o procurador pretende é pôr fim aos debates jurídicos que se arrastam desde que os advogados de North requereram o exame de documentos considerados secretos, ao que a CIA e outros departamentos se opõem. A falta destes documentos no processo pode pôr em causa as acusações levantadas contra Oliver North.

Revista para os jovens de toda a Europa

O Centro Europeu de Juventude, que funciona no âmbito do Conselho da Europa, decidiu editar uma revista para o público jovem do continente, do Atlântico aos Urais — informou a agência Novosti, que também participa no projecto.

Ainda sem data para sair — mas já com um centro de informação a funcionar em Estrasburgo — a revista terá carácter informativo e será feita só por jovens. A iniciativa recebeu o apoio da União Internacional de Jovens e da Organização Internacional de Jornalistas.

Irão-Iraque

Cessar-fogo dia 20 de Agosto

As 3 horas (TMG) do próximo dia 20 entra em vigor um cessar-fogo entre as tropas do Irão e do Iraque — anunciou segunda-feira o secretário-geral da ONU no Conselho de Segurança, especialmente reunido para o efeito. Perez de Cuellar anunciou ainda o início a 25 de Agosto, em Genebra, de negociações directas entre aqueles países, em guerra há quase oito anos.

Perez de Cuellar, que manteve uma intensa actividade diplomática nos últimos tempos, como mediador nos contactos entre o Irão e o Iraque e noutras diligências para a aplicação da resolução 598 do Conselho de Segurança da ONU (Julho de 1987), propôs na reunião de segunda-feira a constituição de um Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para o Irão e o Iraque; 350 oficiais desarmados fiscalizarão a retirada das tropas para as fronteiras reconhecidas internacionalmente, apoiados por uma unidade militar aérea e outra unidade naval.

Segundo as notícias que surgiram na imprensa, este Grupo acarretará à ONU despesas da ordem dos 74 milhões de dólares nos primeiros seis meses.

Reunião quadripartida em Genebra

Mais um passo de vulto para a paz no Sudoeste Africano

O cessar «de facto» das hostilidades foi o resultado mais sensível das negociações que se realizaram de 2 a 5 de Agosto em Genebra entre representantes de Angola, Cuba, África do Sul e EUA para a resolução pacífica do conflito no Sudoeste africano. Para a semana que se inicia a 22 de Agosto ficou marcada nova reunião «a nível de altos funcionários» — como refere o comunicado de imprensa conjunto que transcrevemos nesta página.

Na quarta reunião (depois de Londres, Cairo e Nova Iorque) destas conversações quadripartidas foi ainda decidido «recomendar» ao secretário-geral da ONU que se inicie em 1 de Novembro a implementação da resolução do Conselho de Segurança sobre a independência da Namíbia.

Angola e Cuba definirão um calendário «aceitável para todas as partes» para a saída das tropas cubanas da RPA, enquanto Pretória se comprometeu a iniciar desde já a retirada de território angolano das suas forças e completá-la até 1 de Setembro — data limite também para que seja estabelecido um acordo entre as partes relativamente ao calendário angolano-cubano.

Os 14 princípios acordados em Nova Iorque e ratificados pelos governos de Luanda, Havana e Pretória em 20 de Julho, serão integrados num trabalho tripartido de cumprimento obrigatório — conforme decisão tomada agora em Genebra e sujeita igualmente a ratificação governamental futura.

«Linha da frente» reuniu em Luanda

Os resultados «positivos e produtivos» conseguidos em Genebra trazem «novas esperanças quanto à possibilidade real do desanuviamento da tensão e da conquista da paz» no Sudoeste de África — afirmou o presidente da República Popular de Angola segunda-feira, durante a sessão de abertura da reunião dos Estados da «Linha da frente».

José Eduardo dos Santos considerou que a nova situação criada depois de longos anos de guerra, «a efectivá-lo», vai «compensar o esforço heróico e abnegado dos nossos povos, a acção firme, vigorosa e concentrada de todos os Estados da linha da frente, o empenho pessoal de todos os chefes de Estado aqui presentes, na luta pela justiça social, liberdade e progresso».

A cimeira, que reuniu em Luanda no dia 8 os presidentes de Angola, de Moçambique, do Botswana, da Tanzânia, da Zâmbia, do Zimbábue, da SWAPO e do ANC, expressou o seu total apoio aos resultados da reunião de Genebra.

Os participantes na cimeira de Luanda reiteraram o seu apoio aos esforços da RP de Moçambique com vista à criação de um clima de paz, estabilidade e boa vizinhança, como previsto nos acordos de N'Komati, reafirmando que a utilização de bandidos armados pelo regime de Pretória continua a

ser a causa principal da tensão e da guerra na zona.

A recusa do regime sul-africano em adoptar medidas concretas com vista ao estabelecimento de um governo democrático tem contribuído — constataram os Estados da «linha da frente», para o aumento da tensão no interior da África do Sul, reflectindo-se isso de forma negativa em toda a região.

Assim, faz-se no comunicado final da reunião de Luanda um apelo a que Pretória revogue a interdição imposta às organizações anti-apartheid, liberte incondicionalmente Nelson Mandela e os outros presos políticos e encete um diálogo imediato

com os líderes genuínos da maioria negra da África do Sul.

Mais protestos contra o regime do apartheid

A Conferência Mundial dos arcebispos anglicanos, reunida em Canterbury (Grã-Bretanha), aprovou por unanimidade uma resolução exigindo a retirada das tropas sul-africanas de Angola e a implementação da resolução da ONU sobre a independência da Namíbia — informou a Angop. Uma cópia da resolução foi enviada aos participantes da reunião quadripartida de Genebra.

O governo canadiano, por seu turno, proibiu os desportistas do seu país de manterem contactos em quaisquer competições com atletas da África do Sul representantes do regime do apartheid — revelou na semana passada o responsável pelas relações desportivas internacionais do

Comunicado de imprensa

No final da reunião quadripartida de Genebra foi aprovado um «comunicado de imprensa». O seu texto, divulgado na segunda-feira em Luanda, Pretória e Havana e que chegou à nossa redacção pela Angop, é o seguinte:

1. Delegações da República Popular de Angola, da República de Cuba, da República da África do Sul e dos Estados Unidos da América do Norte reuniram-se em Genebra, de 2 a 5 de Agosto de 1988, a fim de levar avante os esforços para encontrar uma solução pacífica do conflito no Sudoeste de África.

2. Tendo como base os progressos obtidos em Londres, no Cairo, e em Nova Iorque (Governor's Island), as negociações realizadas em Genebra foram pormenorizadas, positivas e produtivas.

3. As delegações de Angola, Cuba e da África do Sul acertaram uma série de medidas necessárias conducentes à independência da Namíbia, na base da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU e por forma a instaurar a paz no Sudoeste da África.

4. As partes concordaram em recomendar ao secretário-geral da ONU a data do primeiro de Novembro de 1988 para o início da implementação da UNSCR 435/78.

5. As partes adoptaram ad referendum aos respectivos governos o texto de um acordo tripartido que incorpora de maneira obrigatória, num tratado, os princípios acordados em Nova Iorque (Governor's Island) e ratificados formalmente pelos respectivos governos no dia 20 de Julho de 1988.

6. Por sua vez, Angola e Cuba reiteraram a sua decisão de subscrever um acordo bilateral no qual figurará um calendário aceitável por todas as partes para a retirada por etapas e total das tropas cubanas de Angola.

7. As partes comprometeram-se a chegar a um acordo sobre o referido calendário até dia um de Setembro de 1988.

8. As partes adoptaram uma série de medidas práticas destinadas a inspirar a confiança mútua, reduzindo assim o risco de um confronto militar, e a criar na região as condições necessárias para a conclusão com êxito das negociações.

9. Com a adopção de tais medidas entra em vigor a partir de hoje o cessar das hostilidades «de facto».

10. O impacto pleno de tais medidas far-se-á sentir nas próximas semanas.

11. A próxima ronda de negociações a nível de altos funcionários terá lugar na semana de 22 de Agosto de 1988.

12. Todas as delegações manifestaram os seus agradecimentos pelas excelentes condições e apoios proporcionados pelo governo suíço.



O cumprimento dos acordos poderá pôr termo à ingerência estrangeira na República Popular de Angola (na foto mercenários capturados pelas FAPLA)

Canadá, John Scott, citado pela Novosti.

Entretanto o Comité de Ministros dos Negócios Estrangeiros da «Commonwealth» para os problemas da África Austral defendeu em Toronto, onde reuniu na semana passada, medidas económicas e comerciais mais eficazes e universais contra o regime sul-africano.

Os responsáveis pela política externa da Austrália, Guiana, Zâmbia, Zimbábue, Canadá, Nigéria, Tanzânia e Índia assinalaram o facto de alguns países ignorarem as sanções decretadas pela ONU em relação à África do Sul e estarem assim a contribuir para o reforço do regime do apartheid.

São citados o Japão, Taiwan, a RFA, Itália, Espanha e a Turquia. Os EUA, a França, a Dinamarca, o Canadá, a Austrália, a Suécia, a Noruega, a Irlanda, a Finlândia e a Nova Zelândia mantêm contactos comerciais bastante intensos com o regime de Pretória, embora o seu volume tenha vindo a reduzir-se.

Na véspera do encerramento da reunião dos ministros da «Commonwealth» o governo inglês reconhecia, pela voz do ministro de Estado «Lord» Trefgarne, que a Grã-Bretanha comprou entre 1977 e 1984 à África do Sul 1100 toneladas de minério de urânio da Namíbia, apesar das proibições da ONU.

O minério era transformado no centro de pesquisas nucleares de Springfields, que produz combustível para fins pacíficos e também cargas para ogivas nucleares.

Namíbia

Em Nova Iorque a sessão do Comité ad-hoc das Nações Unidas para a Des-

colonização continua a debater a situação na Namíbia, ocupada pela África do Sul.

Ao intervir na sessão, os representantes da Jugoslávia, China, Etiópia, Tanzânia, Cuba e de outros países não-alinhados e socialistas continuam a exigir a implementação da resolução da ONU sobre a concessão da independência à Namíbia, não respeitada desde 1966 pela África do Sul.

A solução política do conflito na África Austral, inclusive a solução do problema namibiano, seria um passo importante com vista à formação de um sistema universal de paz e segurança internacional, declarou na sessão Dmitri Bykov, representante da URSS.

Reagindo aos resultados da reunião de Genebra, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) declarou que a partir de 1 de Setembro suspenderá as acções de combate às tropas de ocupação sul-africanas na Namíbia, se estas observarem o cessar-fogo.

Sam Nujoma, presidente da SWAPO, declarou à agência de imprensa austríaca «APA» que actualmente se criou uma situação que oferece «boas possibilidades» para a retirada das tropas sul-africanas do território da Namíbia e realização ali, dentro de doze meses, de «eleições gerais sob controlo internacional».

Neste caso, afirmou, a SWAPO consideraria como tarefa premente a «preparação de eleições gerais e, nomeadamente, o regresso de mais de 100 mil refugiados».

O presidente da SWAPO reiterou que a sua organização é o único representante legítimo do povo da Namíbia, reconhecida como tal pela ONU.

No 30.º aniversário do «Avante!» — I

«Há 30 anos, a ditadura fascista em plena ascensão esmagava uma a uma as liberdades democráticas, arrancava às forças populares todas as suas conquistas obtidas em muitos anos de luta. A publicação do jornal legal do nosso Partido, «O Proletário», era forçosamente interrompida.

Perante o Partido, que então se organizava para a dura luta clandestina, punha-se a importante tarefa de criar um jornal ilegal, capaz de resistir à repressão dos salazaristas e de romper a sua máquina de mentiras e de medo, levando as massas populares a reagruparem-se e a passarem ao ataque contra a ditadura. O Partido precisava dum jornal que educasse a classe operária nas ideias do marxismo-leninismo, que popularizasse as melhores acções de luta e que forjasse uma aliança combativa dos operários e camponeses, agrupando à sua volta todas as outras classes nacionais. A publicação do jornal ilegal do Partido era uma tarefa vital para o destino da luta antifascista.

É assim que em 1931 a Direcção do nosso Partido, sob a orientação do camarada Bento Gonçalves, resolveu criar o seu órgão ilegal e, em homenagem ao glorioso jornal fundado por Lenine, lhe dá o nome de «Avante!». Desde então, e em 30 anos de publicação, o «Avante!» nem por um momento deixou tombar a honrosa bandeira de combatente de vanguarda da classe operária portuguesa e de todo o povo na luta pelo derrubamento da ditadura do grande capital.

Na vanguarda da luta

Durante os dias sombrios da guerra de Espanha, o «Avante!», publicado semanalmente, foi o incansável guia da solidariedade ao povo espanhol; mais tarde, durante a guerra mundial, quando as negras forças da reacção pensavam esmagar a humanidade sob a barbárie nazi, o «Avante!» esclarecia e orientava o povo afirmando confiantemente número após número: «A URSS vencerá a guerra.»

A luta heróica da classe operária, do campesinato e de todo o povo português, as grandiosas greves, manifestações populares e jornadas eleitorais desde 1942 até aos nossos dias, a campanha de luta pela Paz, têm passado pelas páginas do «Avante!», que vem infatigavelmente apontando o caminho da luta de massas e da unidade de acção como o único que conduzirá ao derrubamento da ditadura e à conquista dum regime democrático.

Nas colunas do «Avante!» têm sido denunciadas as ilegalidades fascistas, os assassínios da PIDE e as torturas aos milhares de comunistas e outros patriotas que neste longo período passaram pelas prisões fascistas; nas colunas do «Avante!» foi conduzida a campanha pela extinção do campo da morte do Tarrafal e tem sido impulsionada sem interrupção a campanha nacional pela Amnistia aos presos e perseguidos políticos.

Hoje, que o governo fascista envolve Portugal em sangrentas guerras coloniais, comprova-se a justeza da posição defendida pelo «Avante!» há longos anos, desmascarando a opressão nas colónias e defendendo o direito de autodeterminação e de independência para os povos coloniais. Com esta orientação, o «Avante!» tem educado firmemente a classe operária portuguesa no espírito do internacionalismo. (...)

(continua)

[«30 anos na luta clandestina» — «Avante!», VI série, n.º 304, 1.ª quinzena Agosto 1961]

da festa!

LOURES • 9, 10, E 11 SETEMBRO

Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 5
11 de Agosto de 1988

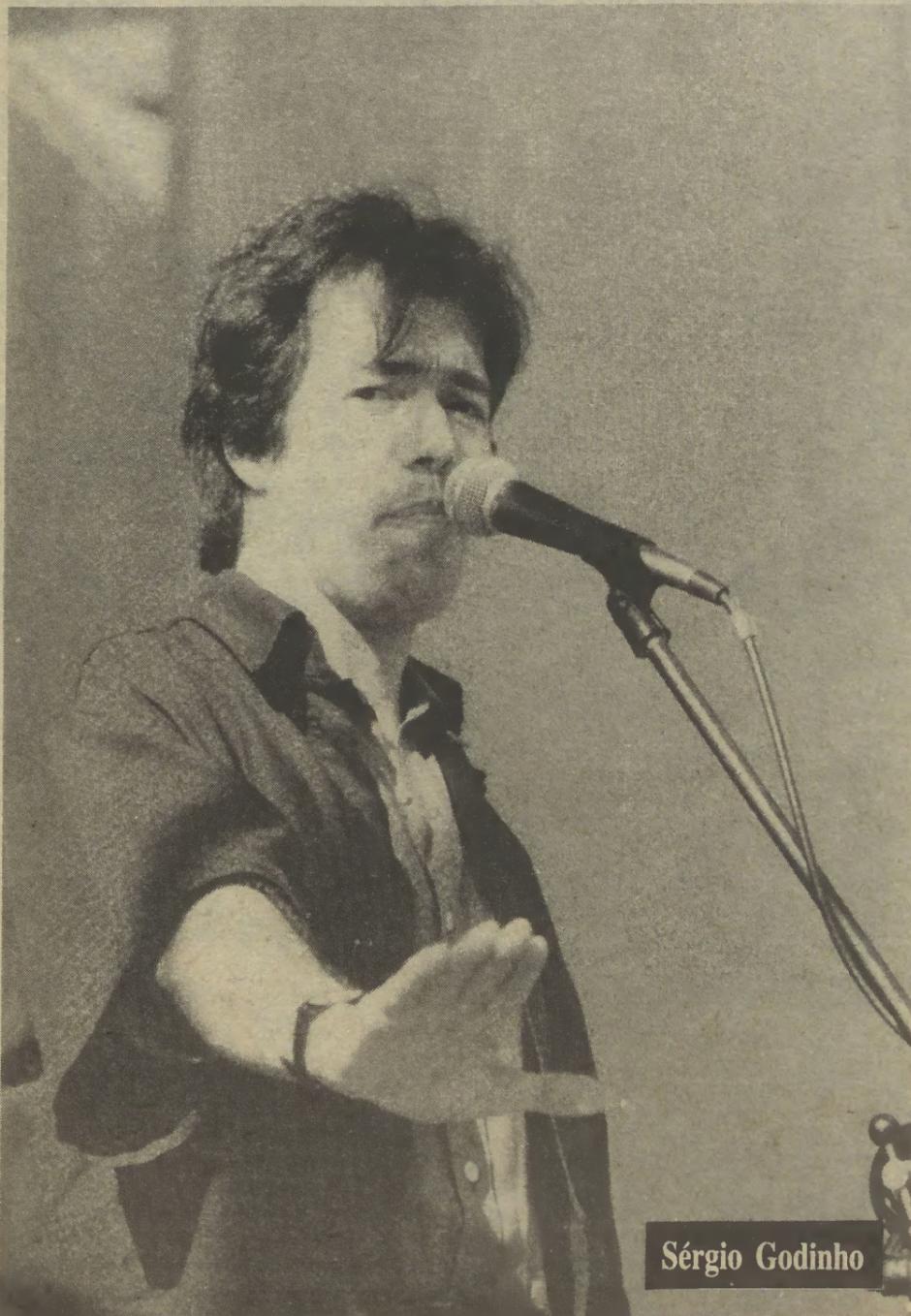
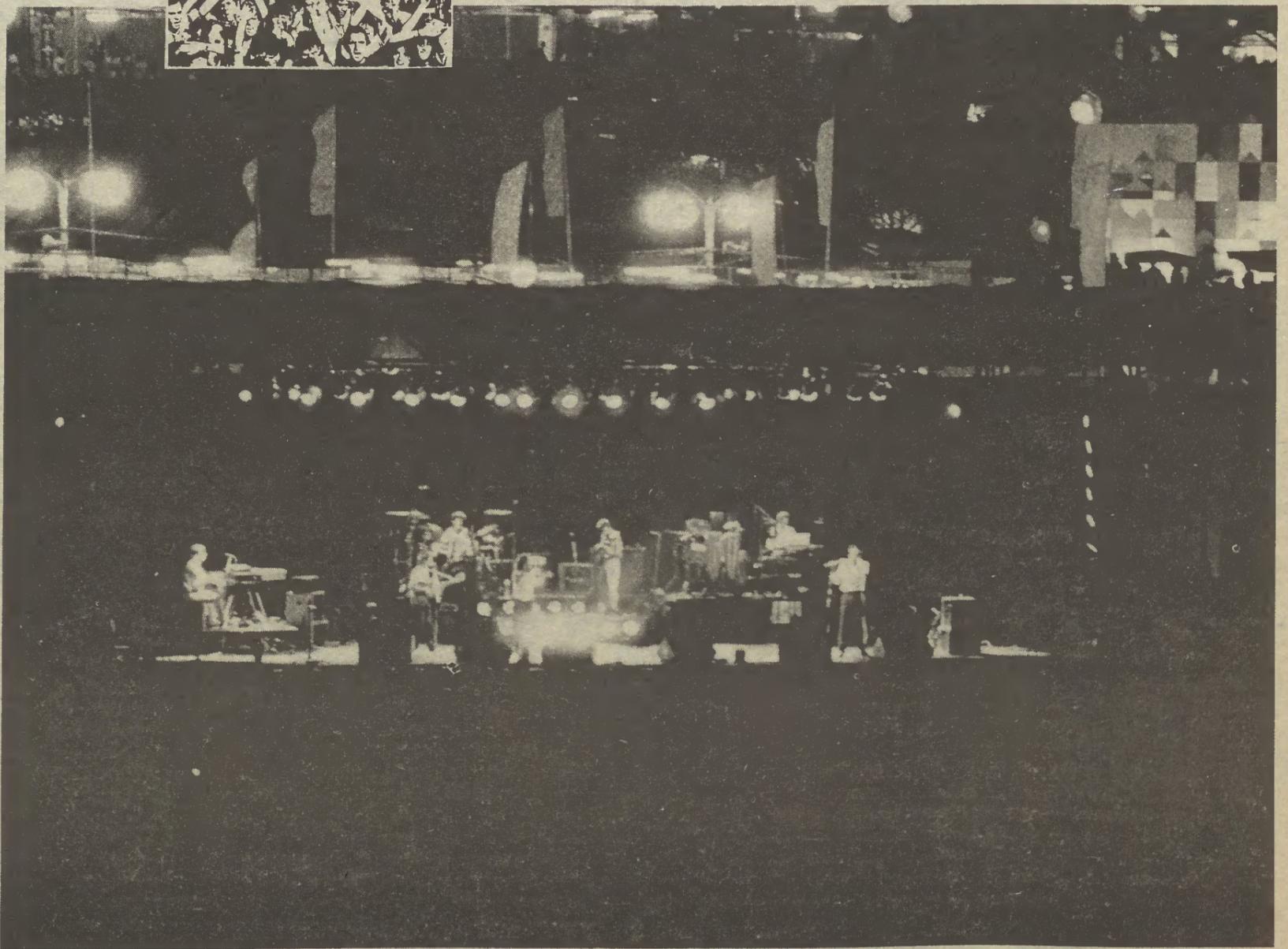
Não pode ser vendido
separadamente



Artistas

Em Foco /

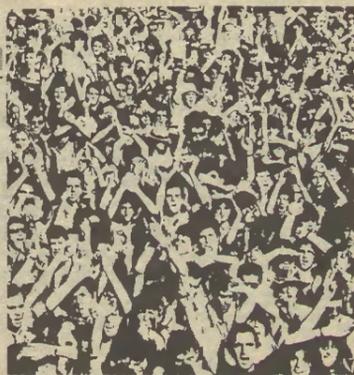
portugueses



Sérgio Godinho



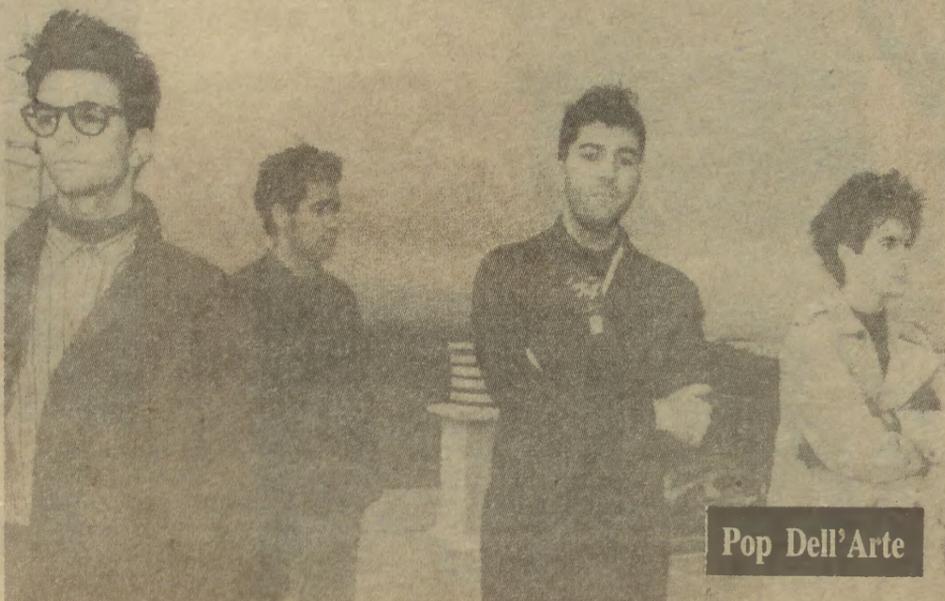
Fernando Tordo



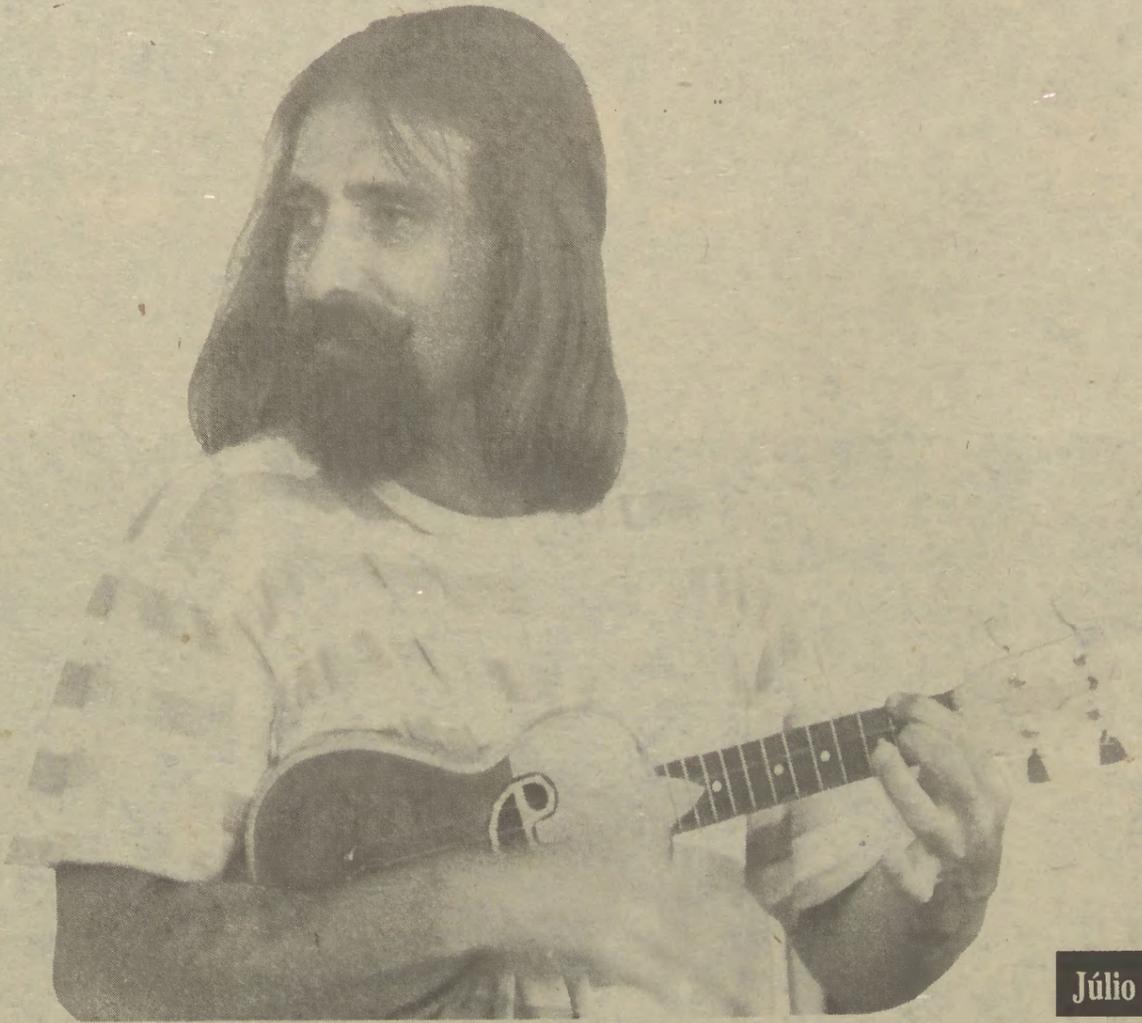
Carlos do Carmo



Paulo de Carvalho



Pop Dell'Arte



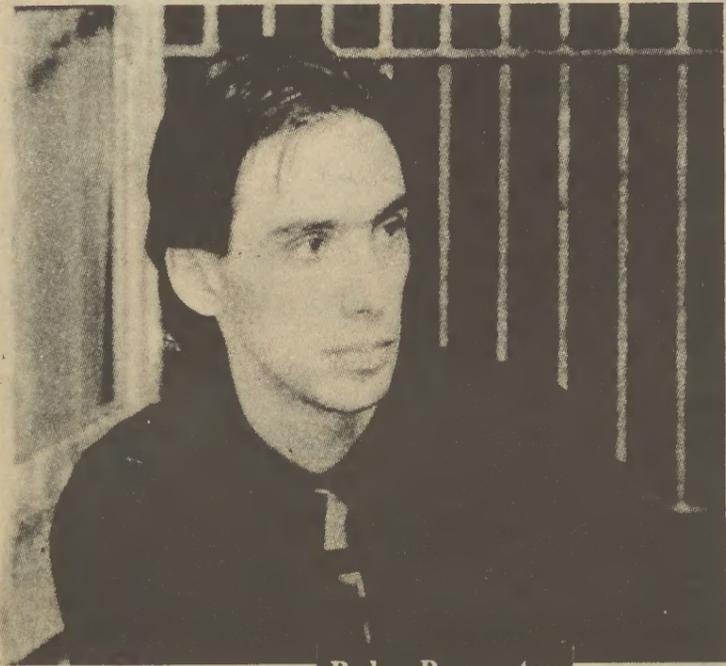
Júlio Pereira



Naná Sousa Dias



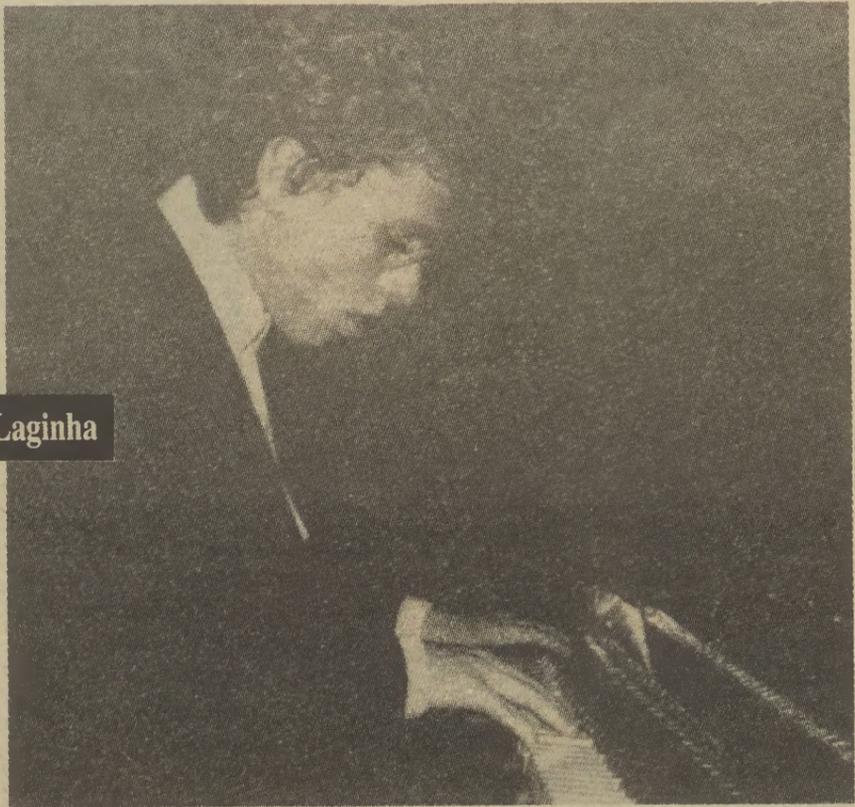
Rão Kyao



Pedro Burmester



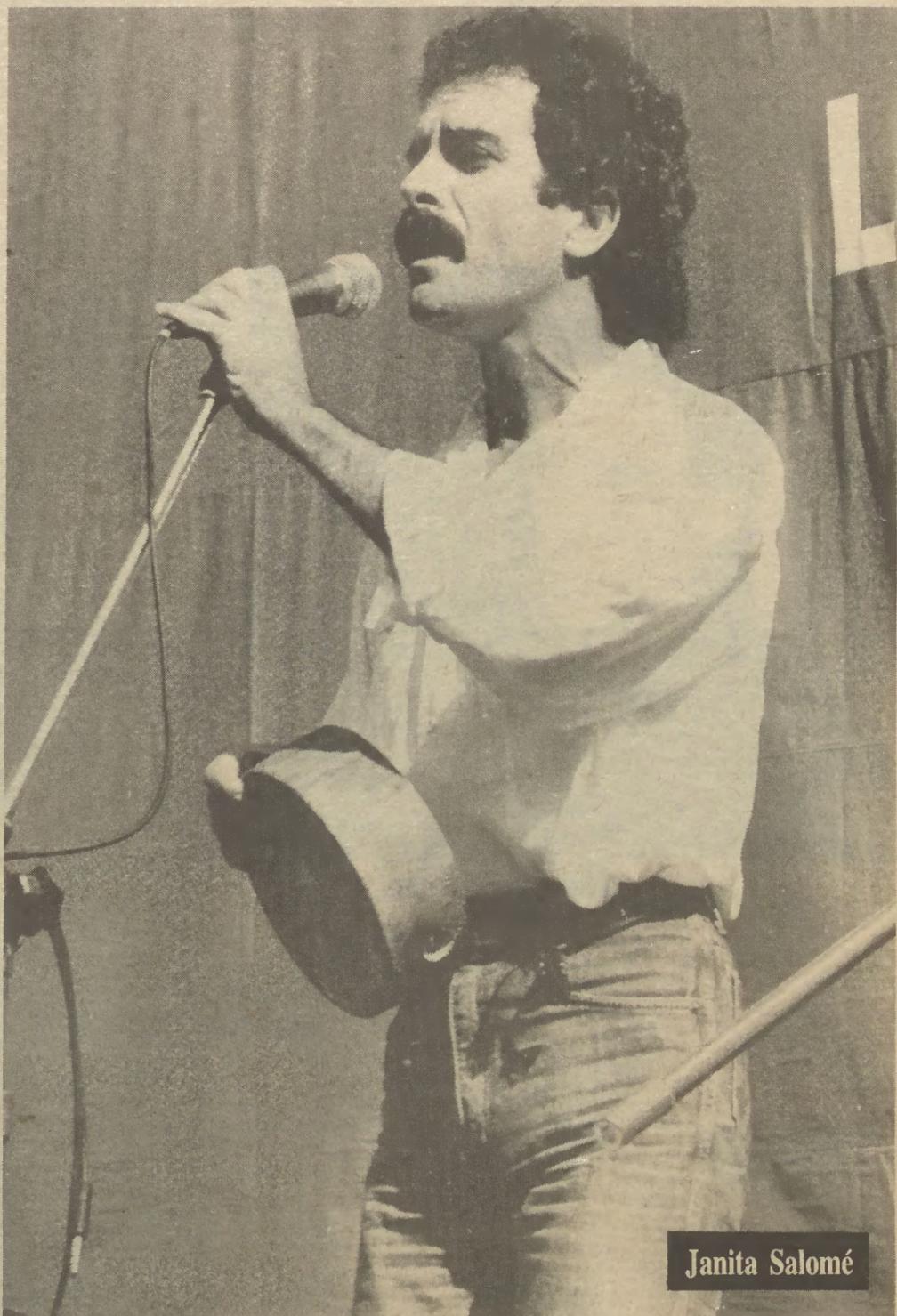
Mário Laginha



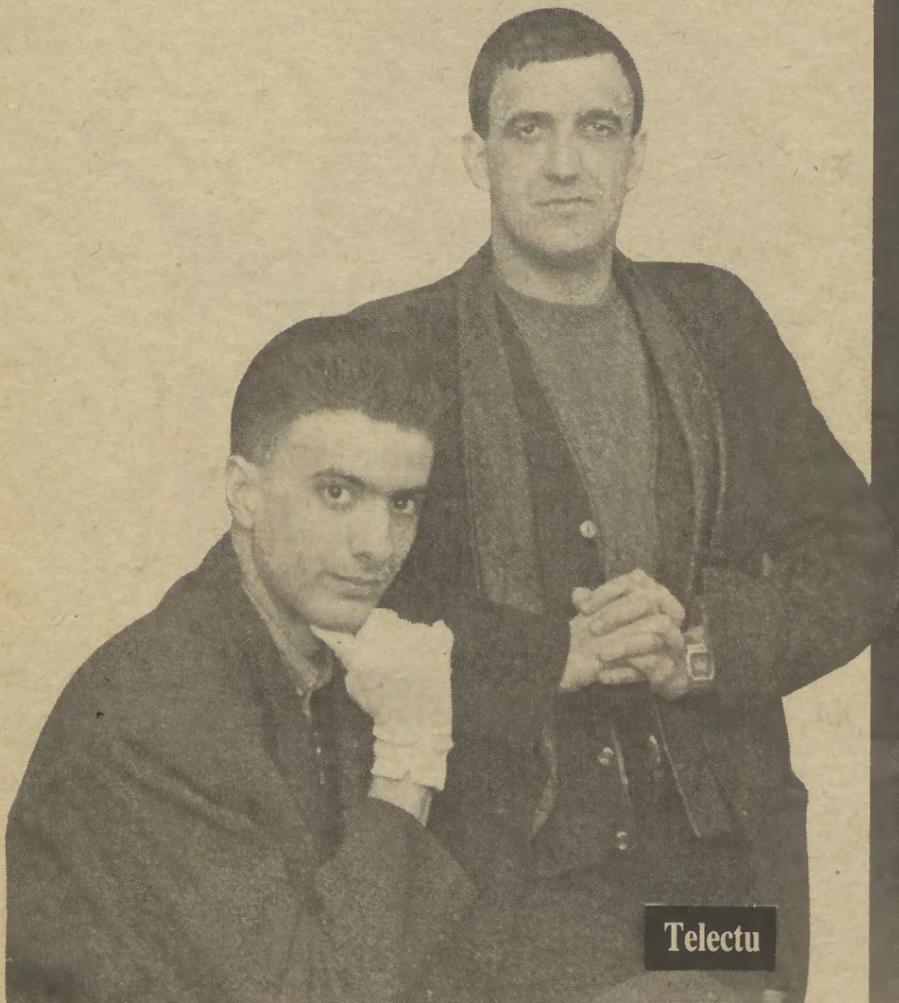
MISO



ENSEMBLE



Janita Salomé



Telectu



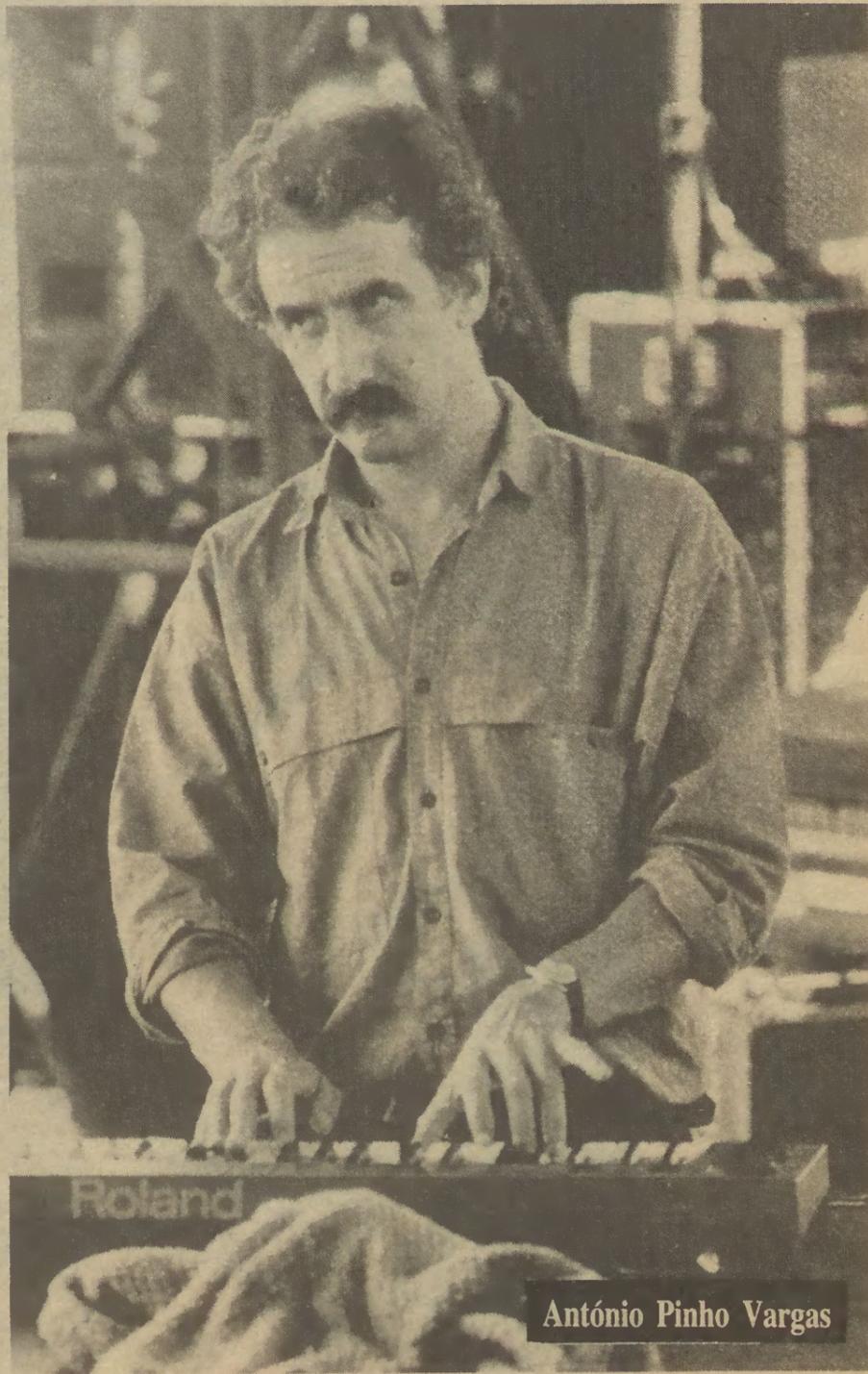
Maria Guinot



Cantaril



Maria João



António Pinho Vargas



Sexteto de Jazz de Lisboa





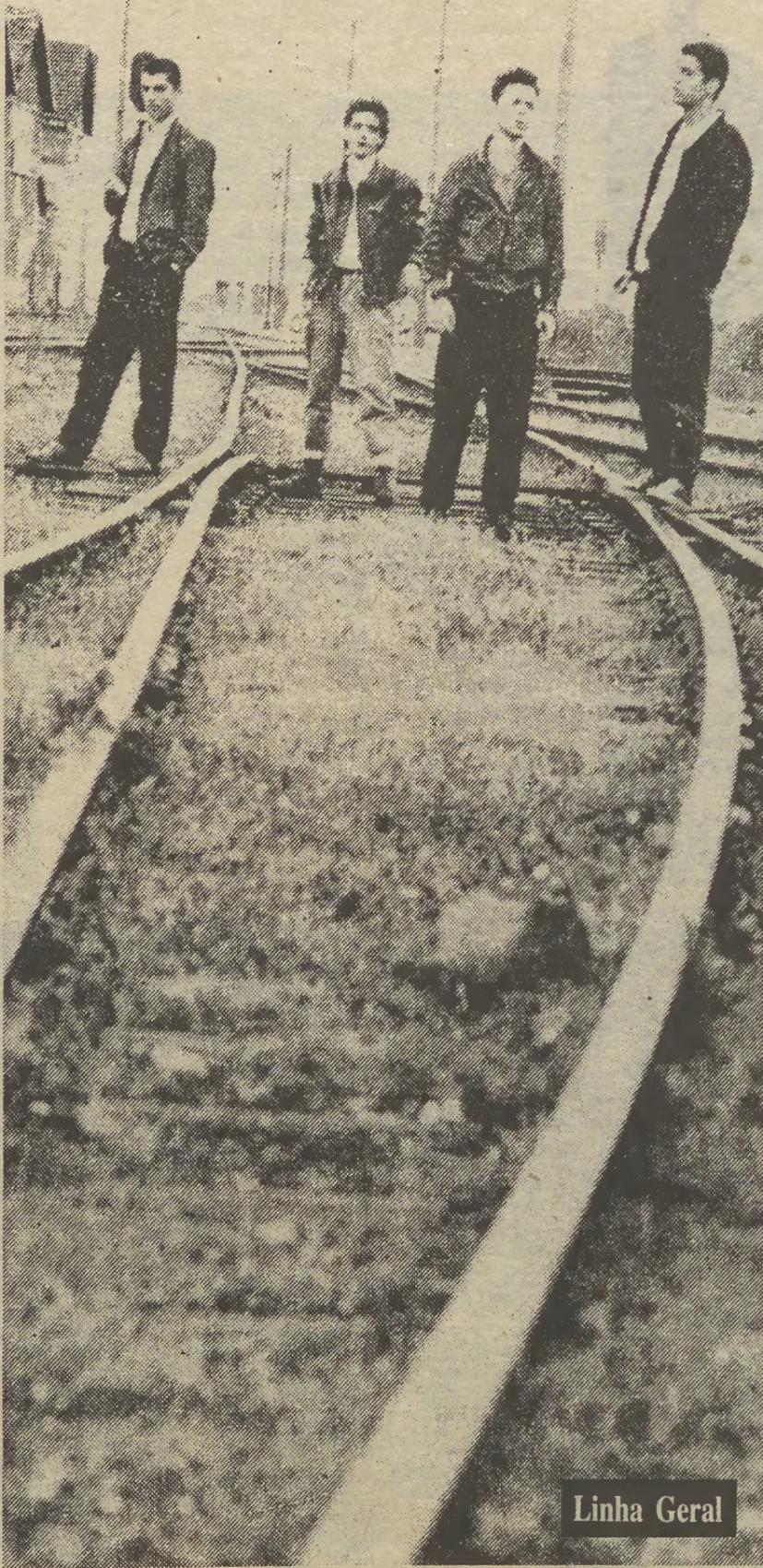
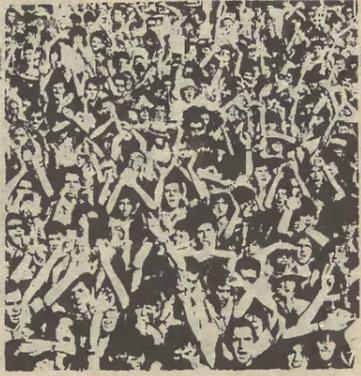
Peste & Sida



Rádio Macau



Carlos Martins



Linha Geral



Maio Moço

... e continua!

Folclore de primeira

Os espectáculos são apenas um dos factores que ajudaram a Festa a consolidar-se como um acontecimento ímpar no nosso país logo na sua primeira edição. Apenas um desses factores, mas sem dúvida importante.

Por cá, passaram nomes consagrados da cena musical do nosso país e da cena musical de todo o mundo. Também cá tivemos pessoas que eram uns desconhecidos à data e que hoje arrastam multidões.

Os espectáculos, na Festa, nomeadamente a música, alcançaram um prestígio inigualável. E isto, porque não apenas uma forma musical se mostra. Aqui, há lugar para toda a criação.

Para a criação de artistas e para a criação de todo um povo. Para o folclore, claro está.

De edição para edição, o folclore tem ganho uma importância cada vez maior e na nossa última edição, ele ultrapassou os espaços das diversas reuniões para ter um palco próprio e um programa específico.

Porque a história de um povo é também a sua cultura, o folclore surgiu logo na nossa primeira Festa que é, ela também, a Festa do nosso povo. A Festa das suas tradições, da sua cultura e também do seu futuro.

Este ano, o folclore volta a ter um espaço e um programa próprios e quatro nomes grandes. Quatro nomes que é raro vermos no nosso país, que pela sua qualidade não param de percorrer mundo.

Estamos-nos a referir aos Pauliteiros de Miranda, ao rancho de Vilar de Perdizes, ao Grupo Folclórico de São Torcato e ao Grupo Etnográfico de Areosa.

Quatro dos mais representativos grupos do folclore mirandês e dos folclores minhotos.

E atenção ao horário; os Pauliteiros de Miranda actuam na sexta-feira às 21 e 45 e no sábado às 19 horas. O Grupo Folclórico de São Torcato no sábado às 17; o rancho de Vilar de Perdizes no sábado às 21, e no domingo às 20. Por último o Grupo Etnográfico de Areosa actua às 22 horas de domingo.

Pauliteiros de Miranda

É raro termos a oportunidade de vermos os Pauliteiros de Miranda, um dos grupos mais representativos do folclore mirandês e, sem dúvida, o que maior projecção tem.

O facto de ser composto apenas por homens, o seu rico trajar e a exuberância das suas músicas e danças granjearam-lhe uma merecida fama.

A dança dos pauliteiros circunscreve-se, no nosso país, a alguns lugares do nordeste transmontano, nomeadamente a Miranda, e, originalmente, era dançada para angariar fundos para festas dos povos. No entanto, ela encontra-se também um pouco por toda a Espanha, sendo considerada por muitos como a mais antiga dança peninsular.

A dança dos pauliteiros é executada por oito homens e pode ser dançada ao som do canto ou ainda ao som de gaita de foles, tambor ou caixa de guerra, e bombo.

A sua espectacularidade reside na destreza com que são manuseados os paulitos que dão o nome ao grupo.

Grupo Etnográfico de Areosa

Vindo de Viana do Castelo, o Grupo Etnográfico de Areosa nasceu em 1966 e granjeou uma fama não só nacional como internacional, por executar o mais puro folclore minhoto, onde o ritmo da música, e a pureza das vozes se aliam à elegância dos dançadores.

Para ajudar ao espectáculo, o colorido e a riqueza dos fatos vindos de uma aldeia, Areosa, velha com mais de oito séculos.

O Grupo Etnográfico tem actuado em Espanha, França, Bélgica, Itália, Alemanha e Luxemburgo.

São Torcato

O Grupo Folclórico de São Torcato é um autêntico museu vivo. Com as suas danças retrata os usos e costumes desta localidade do concelho de Guimarães.

Assim, através do seu variado programa de danças, figura os mais variados estratos da sociedade local com os fatos de luxo, os fatos domingueiros e os fatos de trabalho.

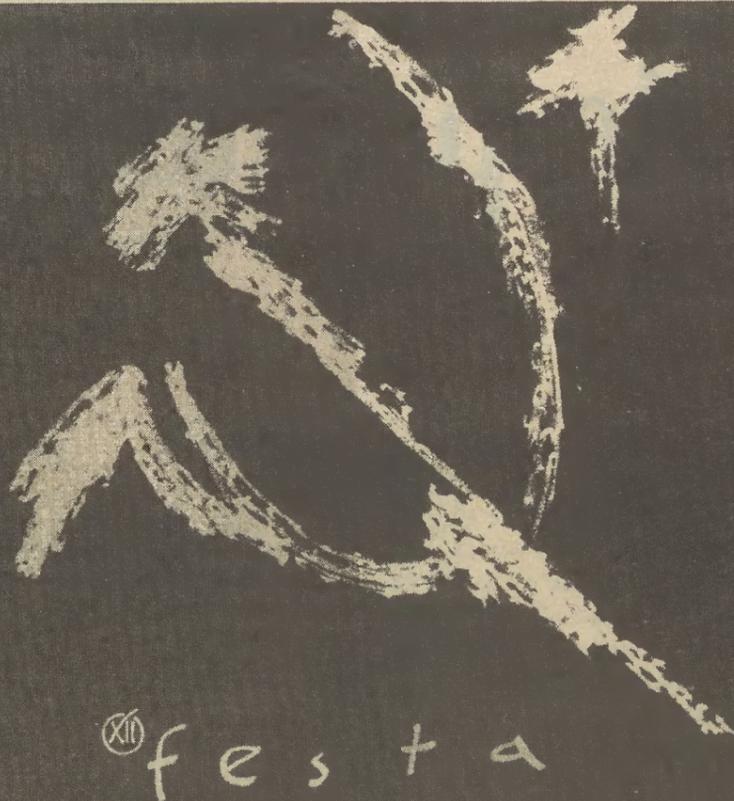
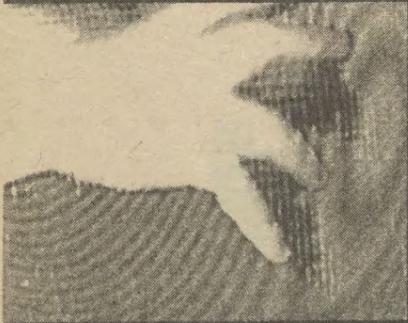
Sendo um dos mais galardoados grupos do país, o Grupo Folclórico de São Torcato já actuou em Espanha, França, Áustria, Inglaterra, Suíça e União Soviética. ★



Os Pauliteiros de Miranda vão ser atracção na Festa/88. Com eles São Torcato, Areosa e Vilar de Perdizes



JCP **CIDADE DA
JUVENTUDE/88**



XII festa

Avante!

Loures 9, 10 e 11 de Setembro

**A CIDADE QUE
SEM TI NÃO
FAZ SENTIDO**



A Juventude Comunista Portuguesa divulgou na passada sexta-feira em conferência de imprensa o programa da Cidade da Juventude na Festa do «Avante!» 88. Desde já uma novidade, que é espelhada pelo cartaz próprio da sua participação. «A cidade que sem ti não tem sentido».

Mais do que uma frase feita, este conjunto de palavras espelha uma intenção. A intenção de fazer desta Festa, uma festa diferente no que respeita à participação da juventude. A palavra dominante será **convívio**. Convívio entre os jovens comunistas e entre os jovens comunistas e aqueles que o não são. Só assim, o conhecimento e a troca de ideias pode nascer.

Artesanato

A Cidade da Juventude na Festa do «Avante!» 88 terá quatro partes distintas, quatro grandes áreas, se preferirmos.

Teremos o artesanato, as artes plásticas, o café-concerto e a área dedicada à actividade da JCP propriamente dita.

Na área do artesanato, que é aquela que dá o nome a este subtítulo e, como tal, a de que primeiro vos vamos falar, haverá espaço para uma exposição de artesanato, mas mais do que isso.

Na Festa do «Avante!» teremos artesãos a trabalhar ao vivo. Lá estará a criação do artesanato urbano, da olaria, da cerâmica e do estanho. Ao vivo, sem artifícios, para que cada um de nós possa conhecer melhor a arte dos artesãos.

Artes plásticas

As artes plásticas vão estar em força nesta Cidade da Juventude, mercê da exposição «Tomar a Iniciativa 88».

Esta exposição versará artes tão diversas quanto complementares como seja a pintura, a escultura, a fotografia e a

banda desenhada ou cartoon, e ainda o desenho.

E atenção que as inscrições ainda estão abertas, podendo os boletins de inscrição serem entregues até ao próximo dia 31 de Agosto em Lisboa na Rua Sousa Martins n.º 8 ou na Rua António Serpa n.º 26, 2.º Esq., e até ao próximo dia 28 no Porto, na Avenida da Boavista, n.º 931.

Café-concerto

O café-concerto é uma iniciativa que tem ganho uma importância própria no âmbito da Cidade da Juventude através das diversas edições da Festa.

Este ano, ela voltará a estar presente, num local onde a música poderemos aliar o convívio e a refrescante brisa do arvoredo.

E atenção ao seu programa, que promete.

JCP

A última grande área desta Cidade da Juventude é aquela que é dedicada à actividade da Juventude Comunista Portuguesa e onde a exposição será dinâmica, com o audiovisual a fazer as vezes das palavras estáticas.

Será uma zona com uma novidade. Uma novidade que tem feito furor entre a juventude, e não só entre a juventude portuguesa. Lá, estará uma banca para a venda de produtos «soviet-chic».

Cabelos e árvores

Cabelos e árvores são duas notas a salientar mais nesta Cidade da Juventude, e não porque queiramos fazer trocadilhos com as cabeleiras frondosas das árvores.

É que a grande maioria da zona con-

fiada à JCP está debaixo de arvoredo, o que desde já lhe confere uma característica que há-se atrair muitos dos que vão à Festa.

E depois, aqui na zona da Juventude, teremos jovens cabeleireiros profissionais a fazerem exibições da sua arte, podendo nós desde já adiantar-lhe que não serão

clientes que vão faltar.

Lá estará, como é hábito, o pavilhão dos estudantes bolseiros, onde não faltarão os produtos vindos dos países socialistas.

Mais do que nunca, a Cidade da Juventude é, este ano, a cidade que sem ti não faz sentido. ★

II FESTIVAL DA CANÇÃO JUVENIL

A música jovem que se vai fazendo por esse País fora promete uma final espectacular na Festa do «Avante!» onde a tónica será a qualidade: neste momento estão já decididas as presenças de 9 bandas *rock* e apenas 6 grupos de música popular portuguesa e 6 solistas.

No passado sábado, em Sines, durante a Festa da Terra e do Mar, realizou-se a final distrital de Setúbal do Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!». Com 23 temas inscritos nas três modalidades, apenas 17 se apresentaram. O grupo *rock* «guetto» no actuou devido a um acidente sofrido por um dos seus membros e os dois solistas concorrentes, com dois temas cada, não compareceram.

Depois do desfile dos restantes concorrentes e do espectáculo animado pelas canções de Luísa Basto perante uma assistência numerosa e predominantemente jovem, saíram vencedores o grupo de música popular portuguesa «Cantares», de Setúbal, com o tema «Encoberto» e, na modalidade de *rock*, «A Banda» de Sines, com o tema futuro «Premeditado».

Entretanto, faltam ainda realizar-se três finais distritais: Coimbra, no dia 13 de Agosto, na Figueira da Foz, com a presença do músico Samuel e, no dia seguinte, Aveiro, na praia de Espinho, também com Samuel. Lisboa encerra as eliminatórias com a final que se realizará no próximo dia 18, no Rock Rendez-Vous.

Depois será a final nacional, na Festa do «Avante!», em Loures, nos dias 9, 10 e 11 de Setembro.



Ele aí está. A sua presença era indispensável, o maior espectáculo do mundo vai uma vez mais ajudar a animar a maior Festa de Portugal. Na Festa, em espaço ilusório, os palhaços, os faz-tudo, os malabaristas e os ilusionistas. Um mundo de sonho construído por profissionais que tudo fazem parecer fácil. Daí a magia desta arte tão menosprezada no nosso país, mas que aqui, na Festa do País que queremos, tem o seu lugar bem firme.

O circo. A luz, a cor, o riso e o susto. Tudo ao longo de dois dias de espectáculo. Sábado e domingo, respeitável público, lugar aos artistas. Chegou o circo!

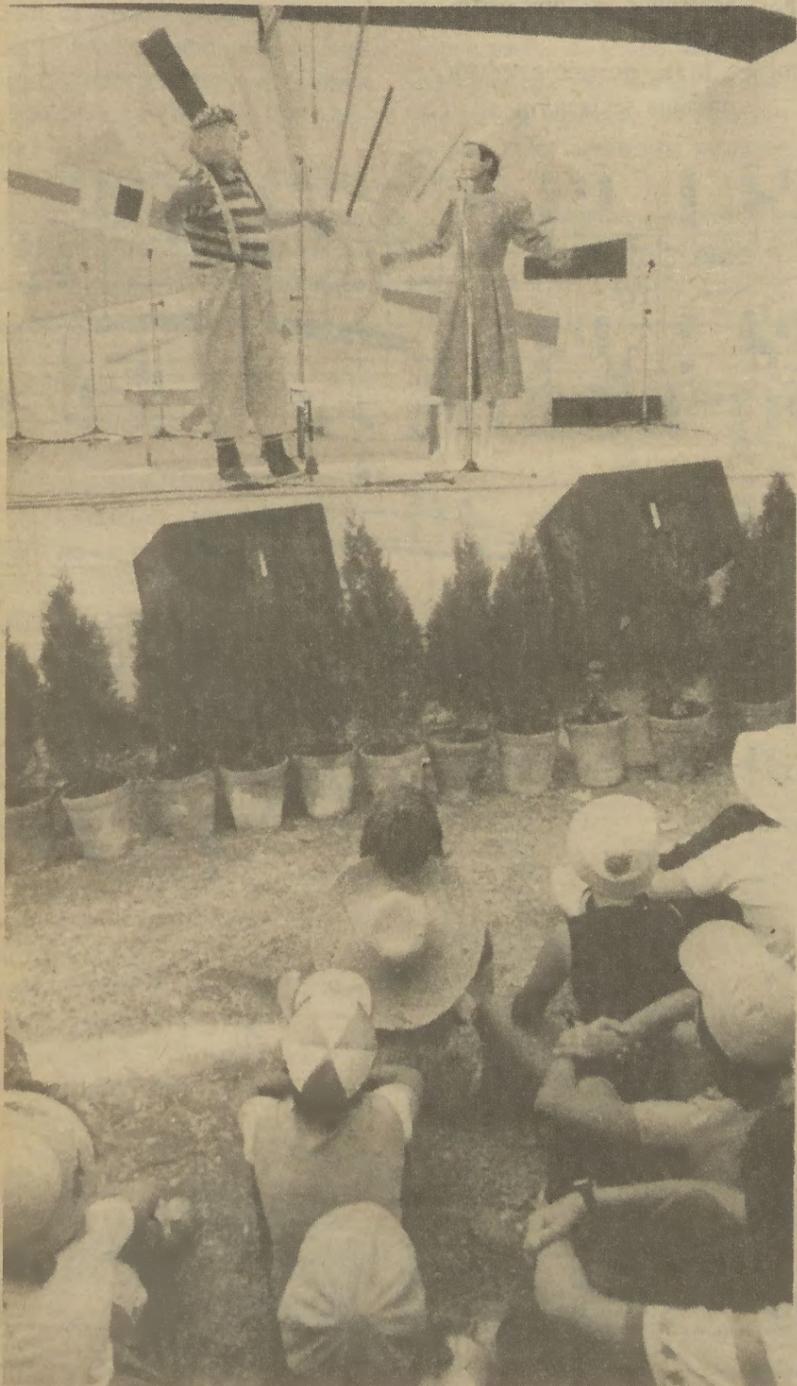
Chegou o circo

Na Festa do «Avante!»/88, lugar ao circo. Chegaram os ilusionistas e a arte de fazer desaparecer e aparecer, a arte de iludir brincando, em espectáculos para crianças e também em espectáculos para adultos.

Chegaram os malabaristas, os faz-tudo, os acrobatas, o homem do rolo. É o espectáculo.

Aqui, na Festa, lugar para a trupe acrobática de Karley Aida, para os ilusionistas Sotam e Zurt, para o malabarista Zeca Lorador, para o equilibrista sobre o cilindro, Brunof, e para os palhaços Necas Ounéné e Armindo Campos. Chegou o circo! ★

O maior espectáculo do mundo



O automóvel e a EP...



EP entrada permanente correspondente ao valor de **500\$00**

O valor desta EP é uma contribuição para a realização da festa do "Avante!"

1. A entrada da festa será descontada desta EP, que deve ser apresentada no talão do dia respectivo.
2. Para sair e voltar a entrar, neste caso, deve-se apresentar uma nova EP, a ser dada, a ser dada, a ser dada, mediante a apresentação da EP.
3. As sobras da venda são distribuídas individualmente para os dias da Festa 88, a partir de 21 de Setembro.
4. Se a EP e que dá direito à entrada, não for usada, o valor será devolvido.

Comitê Central: Rua Aguiar, 100 - 1.º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

festa Avante!

Este talão deve ser entregue à organização central imediatamente a seguir à venda da EP

Quanto ao automóvel, que será o primeiro prêmio do sorteio da EP da Festa 88, temos mais uma novidade para lhe dar. A semana passada, afirmámos-lhe que esse automóvel teria pelo menos duas portas e quatro rodas, porque se tivesse apenas duas seria uma motoretã ou uma bicicleta, e se tivesse três um triciclo.

Esta semana ainda não lhe dizemos qual a marca exacta do automóvel que poderá ser seu. Não lhe dizemos, que é de manter este ambiente que foi criado.

Mas podemos jurar-lhe que, sim senhores, é um automóvel. E também, que não senhores, não será nenhum Rolls-Royce.

Por esta semana é tudo. Já sabe. Não é um Rolls-Royce, não tem três rodas e tem pelo menos duas portas.

É que o que é importante aqui é comprar a EP. E compre-a já, que já está à venda. Assim, evitará as filas. O automóvel, esse, virá por acréscimo. E por sorte, claro!

Mais pormenores na próxima semana! ★



● Jornada de trabalho tem três dias Menos de um mês para construir a festa

Avante!



Não sei se já olharam com olhos de ver o calendário. Hoje, quinta-feira, é dia 11 de Agosto. Uma data apenas, dirão. Não. Quer dizer que já ultrapassámos a barreira do mês. Entrámos em contagem decrescente para a abertura da Festa do «Avante!».

É isso. Faltam apenas 29 dias para a Festa começar. Para começar para as dezenas de milhares de visitantes, que antes disso, de há uns tempos que a Festa é festa já para muitos milhares de pessoas.

Para todos aqueles que têm dado o seu contributo para ajudar a nascer a 12.ª Festa do «Avante!», organizando jornadas de trabalho, participando nas jornadas das organizações regionais ou tirando férias para ir para o terreno, que o tempo é de Festa.

Falta, portanto, menos de um mês. Está na altura de darmos o salto decisivo. Muito já foi feito, mas muito ainda há por fazer, que a Festa constrói-se com

tanto trabalho quanta é a alegria, e ela é muita.

Este fim-de-semana, porque é um fim-de-semana prolongado graças ao feriado de segunda-feira, é tempo de trabalho. Tempo de irmos todos até à antiga Quinta do Infantado em Loures dar o nosso melhor para aquela que é a melhor festa.

E se resolverem ir pelos vossos meios, virem a página e lá encontrarão tudo explicado. Se preferirem, não se esqueçam que a Organização Regional de Lisboa põe à disposição, todos os fins-de-semana, autocarros com destino à Festa e partida do Centro Vitória, na Avenida da Liberdade. E como este fim-de-semana é prolongado, **há transportes para todos também na segunda-feira.**

Este fim-de-semana é de trabalho. Vamos todos nós contribuir para que ao cair do dia de segunda-feira, o terreno



esteja irreconhecível para quem por lá passar na sexta. É a oportunidade para fazermos a grande jornada de trabalho num ano em que muita gente tem correspondido aos fins-de-semana e também

depois das horas de emprego.

E podem ir todos, que para todos há trabalho. Este fim-de-semana, o ponto de encontro é em Loures, na cidade que os comunistas estão a construir. ★

Ainda pode ver os campeões da RDA

A equipa de natação da RDA que se encontra no nosso país continua, até sábado, a fazer exhibições, ora participando em festivais internacionais de natação, ora realizando abertos à população.

Até ontem, quarta-feira, e sempre com assinalável êxito estiveram presentes nos festivais internacionais de natação de Vila Franca de Xira e de Évora, tendo ainda realizado um treino-demonstração na Torre da Marinha, Seixal.

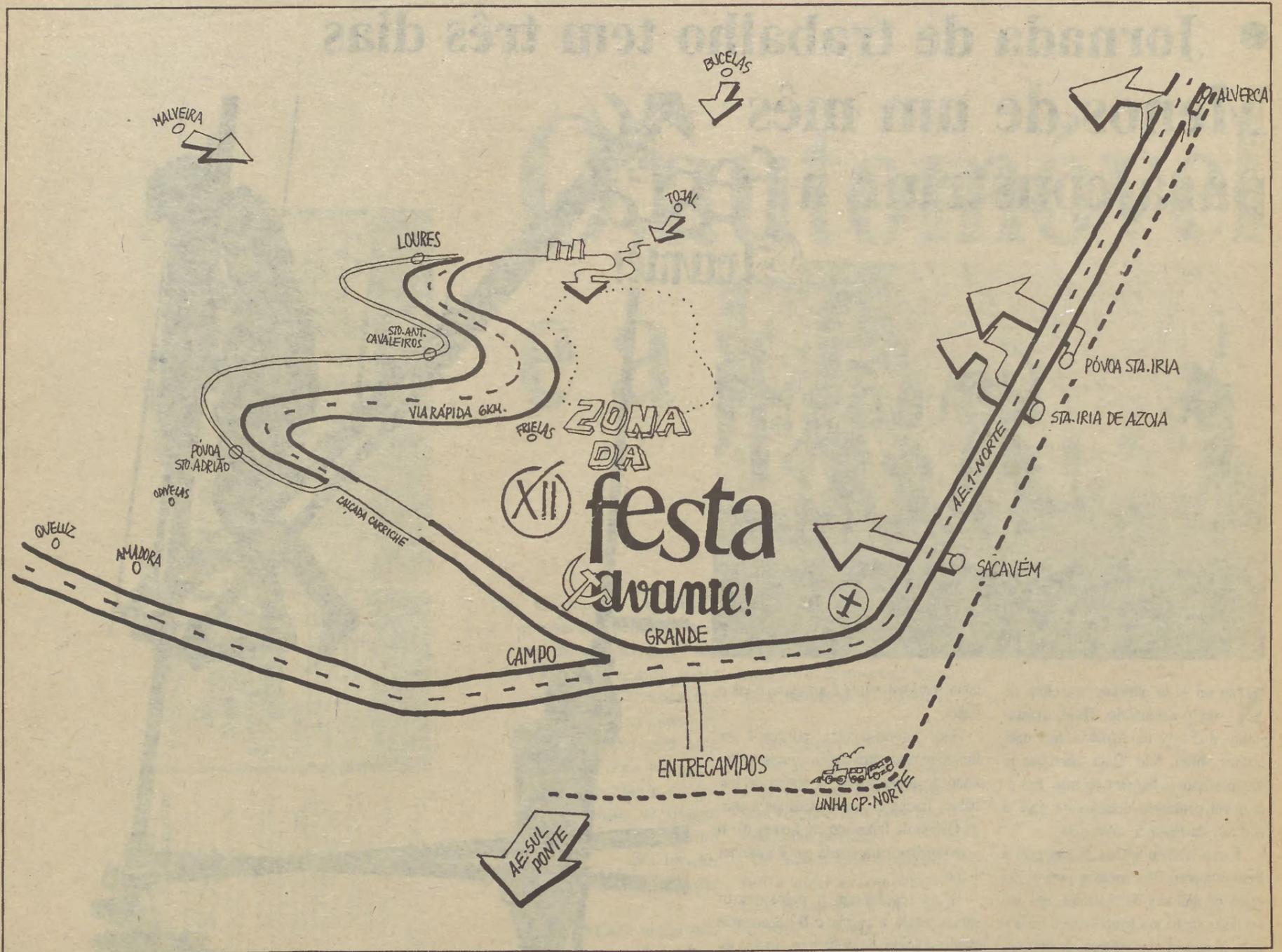
Hoje, quinta-feira, dia para mais um treino-demonstração na piscina municipal de Alcácer do Sal. Depois, será a participação em mais dois festivais internacionais de natação.

Amanhã, na piscina municipal da Amadora e, no sábado, última escala na piscina da SFUAP, na Cova da Piedade.

Objectivos desta deslocação: não só contribuir para a divulgação da Festa do «Avante!», mas, essencialmente, promover o intercâmbio e o convívio de jovens nadadores e técnicos nacionais com os da República Democrática Alemã e divulgar a modalidade. ★



Natação



Tudo para chegar a Loures

O mapa que aqui publicamos não é novidade para si, se tem seguido o que vamos dizendo semana após semana aqui no «Avante!» sobre a Festa.

Este mapa, indica o local exacto da Festa do «Avante!» 88 e as principais vias que lhe dão acesso. Se o olharmos com atenção, veremos desde já, que todos os caminhos lá vão dar. Venha-se de onde se vier, há sempre uma forma fácil de chegar à antiga Quinta do Infantado em Loures.

Hoje damos-vos mais uma achega, publicando as principais carreiras rodoviárias que por lá passam, e aconselhando alguns percursos.

• Se utilizarem os transportes públicos, têm as seguintes carreiras:

da Rodoviária Nacional, para Loures
204 — Patameiras, Odivelas, Póvoa de St.º Adrião, St.º António dos Cavaleiros, Ponte de Frielas — Loures.

215 — Cacém (Est.), Venda Seca, Idanha, Belas, Água Lige, D. Maria, Caneças, Fonte da Bica, Montemor, Loures (escola) Loures.

301 — Sacavém (cruz.), Catujal, Apelação, Frielas, Ponte de Frielas, Loures.

331 — Lisboa (Entrecampos), Olival Basto, Póvoa de St.º Adrião, P. Frielas, Loures, S. Roque, Tojal, Trancão, Bucelas.

332 — Lisboa (Entrecampos), Olival Basto, Póvoa de St.º Adrião, P. Frielas, Loures, S. Roque, Tojal.

333 — Lisboa (Entrecampos), via rápida, S. Roque, Tojal, Trancão, Bucelas.

334 — Lisboa (Entrecampos), Olival Basto, Póvoa de St.º Adrião, Pon-

te de Frielas, Loures, Quinta do Infantado.

335 — Lisboa (Cç. Desterro), Entrecampos, Olival Basto, Póvoa de St.º Adrião, P. Frielas, Loures, S. Roque, Tojal, Pintéus, Fanhões, Casainhos, Cabeço de Montachique, Vale de S. Gião, Freixial, Bucelas

Para fazer a ligação com a Rodoviária Nacional, do Cais do Sodré — autocarros 1, 44 e 45 até Entrecampos e depois Rodoviária Nacional (RN); de St.º Apolónia — Linha Verde (autocarro) até Entrecampos e depois RN; do Rossio — Metro ou, autocarros 1, 21, 36, 44, 45 até Entrecampos e depois RN; do Sul — Metro na Pç. de Espanha (Palhavã), muda-se na Rotunda para Entrecampos e depois RN; da Casal Ribeiro — Metro Saldanha, ou qualquer autocarro até Entrecampos; dos Concelhos do Norte — saem em Loures; da Linha Azambuja — saem na estação Entrecampos e, depois RN; se utilizarem viatura própria, aconselham-se os seguintes percursos: do Norte — deixam a auto-estrada do Norte em Alverca e seguem por Vialonga, Quintanilha, Granja, Tojal, Quinta de S. Roque, Quinta do Infantado; do Sul — Ponte 25 de Abril, Praça de Espanha, Penta, Azinhaga, 2.º circular, Churrasqueira, Estádio José Alvalade, Calçada do Carriche, Via Rápida; dos concelhos Norte — Estrada Nacional até Loures; da Linha Sintra — ou por Belas, Caneças, Montemor, Loures ou Auto Estrada, Marquês de Pombal, Saldanha, Campo Grande, Churrasqueira, Estádio José Alvalade, Calçada de Carriche, Via Rápida; da Linha Cascais — Auto Estrada até ao Marquês e depois segue o mesmo percurso.

Agenda

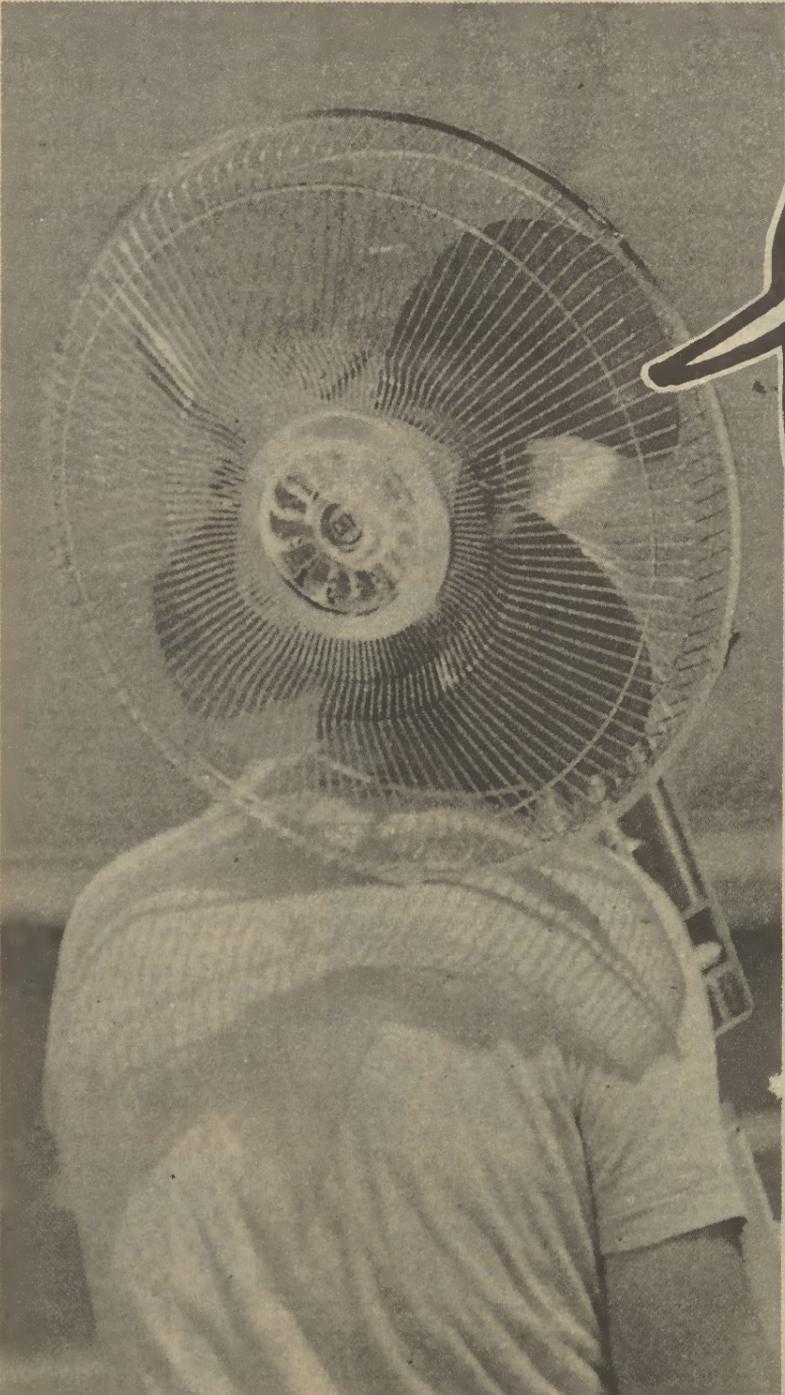
Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 763

11 de Agosto de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Nas férias as festas do PCP...

Faro
Sábado e Domingo
Festa Popular da
Bordelra

- Espectáculo com José Viana e Dora Leal no sábado à noite.

- Baile
- Música Popular Portuguesa com José Maria e baile com o

conjunto «Diferença Horária» no domingo.

Escoural
Sábado e Domingo
Festa da Liberdade

- Jogos populares
- Ranchos folclóricos. Grupos corais alentejanos

- Baile sábado e domingo à noite
- Comício no do-

mingo à noite com Dias Lourenço

S. Cristóvão
Sábado à tarde
Festa do futuro

- Ranchos folclóricos
- Baile

Santo André
Sexta, sábado, domingo e segunda

- Ranchos folclóricos. Grupo coral «Ceffeiros de Cuba»
- Música popular portuguesa com o grupo «Semente à Terra»

- Luísa Basto e João Fernando no domingo à noite.

Baixa da Banheira
Campanha eleito-

ral para as eleições autárquicas nas freguesias de Baixa da Banheira e Vale de Amoreira

Comício

Segunda, dia 15, 21.30 — Rua 1.º de Maio

Com a participação de Dias Lourenço

... e o trabalho para fazer a grande festa

Trabalho, pois então, se queremos a festa, temos que a fazer. Que tal aproveitar o fim-de-semana prolongado para ir à antiga Quinta do Infantado dar uma ajuda — bem precisa — para erguer a 12.ª Festa do «Avante!»? A sugestão está aqui. As informações estão na página 15 d'«a Festa», que neste número está «Em Foco».



TV O Programa

Quinta
RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra» (85.º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - A Ilha da Fantasia
14.15 - Volta a Portugal em Bicicleta
14.55 - Jogos Olímpicos (série)
15.25 - Concerto de rock
16.20 - Brinca Brincando
17.00 - Ponto por Ponto
18.00 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Telenovela: «Anos Dourados» (6.º epis.)
21.25 - Espelho Secreto (série)

- 22.20 - Tourada (transmissão directa do Campo Pequeno)
00.25 - 24 Horas
00.55 - Remate.

RTP2

- 14.30 - Filhos e Filhas (série)
14.55 - Joana (série)
16.00 - Quem Sai aos Seus (série, 7.º epis.)
16.25 - Trinta Minutos Com... (série)
16.55 - Telenovela: «Helena» (27.º epis.)
17.35 - O Regresso de Antilope (série)
18.00 - Equinócio (série)
19.00 - Totally Live
19.55 - O Fugitivo (série)
20.45 - Cem Grandes Quadros
21.00 - Jornal das Nove

- 21.30 - Montra de Livros
21.35 - Ciência e Tecnologia
22.05 - As Teias da Lei (série)
22.50 - Século XX «A Guerra da Coreia»

Sexta
RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Derrick (série)
14.25 - Imagens da Arte Portuguesa



- 15.05 - Eurythmics
16.00 - Brinca Brincando
17.00 - Ponto Por Ponto
18.00 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Telenovela: «Anos Dourados»
21.20 - Escolher Saúde
21.40 - Os Homens da Segurança
22.30 - Moçambique — Roda Viva
22.45 - Tribunal de Polícia
23.15 - 24 Horas
23.45 - Remate
00.05 - Pela Noite Dentro: «Quando Chegar a Hora». Real. John Erman (EUA/1987).

RTP2

- 14.30 - Filhos e Filhas (série)
14.55 - Agora, Escolha!
16.25 - Gira Mundo
16.55 - Telenovela: «Helena»
17.40 - Moon Dial (série, 1.º epis.)
18.05 - Basquetebol Americano
19.00 - Totally Live
19.55 - O Fugitivo
20.45 - Cem Grandes Quadros
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Clube de Jornalistas



- 22.10 - A História (série, 3.º epis.)
23.05 - Entre Barreiras
23.30 - Troféu.

Sábado
RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
12.05 - Operação Open
13.00 - Notícias
13.10 - Os Fiscais
14.00 - Ascensão e Queda do Rei do Algodão (série - repetição)
14.30 - Animais «Os Gatos»
14.55 - Cacau da Rebelra (série)



- 15.55 - Sessão da Tarde: «Svengali», real. Antony Harvey, interpret. Peter O'Toole, Judie Foster (EUA/1983)

- 17.40 - Alô, Alô
18.10 - Vivamúsica
19.10 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.20 - Boletim Meteorológico
21.25 - Alf, Uma Coisa do Outro Mundo
21.55 - Desfile de Alta Costura Italiana
23.05 - Volta a Portugal em Bicicleta
23.30 - Cinema da Meia-Noite: «Morte de Um Canalha» (policial), real. George Lauther (França/1977).

RTP2

- 10.00 - Compact «Totally Live»
13.05 - Compacto «Selva de Pedra»
16.00 - Troféu
20.00 - Music Box
20.55 - Uma Boa Ideia



- 21.20 - Molière, Comédia e Drama (série)
22.20 - Concordo ou Talvez Não
23.50 - Som da Surpresa



«A História de Adèle H.» de François Truffaut no domingo à noite

Domingo
RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
11.15 - Missa
12.05 - 70x7
12.30 - TV Rural
13.00 - Um País de Floresta
13.35 - Director de Turma (série)
14.00 - Contínente Americano
14.55 - Primeira Matiné: «Paraíso Perdido», real. Abel Gance (França/1939)
17.00 - Festival de Folclore
19.00 - O Justiciero
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.45 - O Colar Assassino (série)
21.45 - Viva Hollywood!
23.20 - Domingo Desportivo.

RTP2

- 10.00 - Troféu
13.00 - Music Box
14.00 - Caminhos
14.30 - Novos Horizontes
15.00 - Troféu
18.10 - 5.ª Dimensão (série)
19.00 - Piano Bar
20.00 - Quem Sai aos Seus...



20.25 - Artes e Letras — Raoul Dufy

- 21.25 - Cineclube: «A História de Adèle H.», real. François Truffaut, interpr. Isabelle Adjani (França/1975)

Segunda
RTP1

- 08.30 - Missa (directamente de Roma)
10.45 - Às Dez
12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - O Império de Carson
14.20 - Rotas do Extremo Oriente (série)
14.45 - Homenagem a Claude Debussy
15.50 - Brinca Brincando
16.30 - Volta a Portugal em Bicicleta
17.00 - Ponto por Ponto
18.00 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela: «Anos Dourados»
21.15 - Gente de Sucesso (série)
21.45 - Jogos sem Fronteiras
23.30 - 24 Horas
24.00 - Remate.

RTP2

- 14.30 - Filhos e Filhas
14.55 - Agora, Escolha!
16.25 - Trinta Minutos Com...
16.55 - Telenovela: «Helena»

RTP2

- 14.30 - Filhos e Filhas
14.55 - Dois Dedos de Conversa
16.25 - Trinta Minutos Com...
16.55 - Telenovela: «Helena»
17.30 - Histórias Fantásticas de Ray Bradbury (8.º ep.)
18.00 - Music Box - Beatles
19.00 - Totally Live
19.55 - O Fugitivo
20.45 - Cem Grandes Quadros
21.00 - Jornal das Nove



- 21.30 - Adrian Mole na Crise da Adolescência (série - 2.º ep.)
22.00 - Cinemadois: «O Amigo das Crianças», real. Marco Ferreri, Itália/França-1980 (inédito em Portugal)

Quarta
RTP1

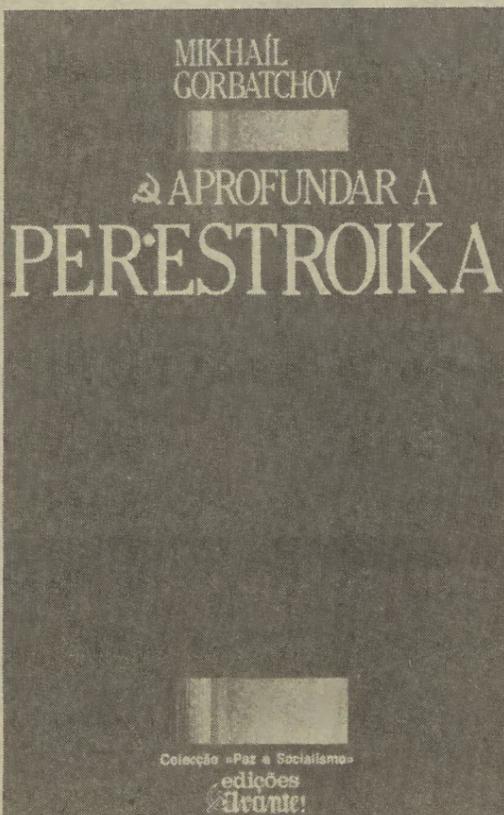
- 10.00 - Às Dez
12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Fama (série)
14.15 - Missões de Paz (série)
15.00 - Concerto
16.00 - Brinca Brincando
17.00 - Ponto por Ponto
18.00 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico



- 20.20 - Telenovela: «Anos Dourados»
21.20 - Lotação Esgotada: «Uma Mulher dos Diabos», real. Stanley Donen (EUA/1975)
23.25 - 24 Horas
23.55 - Remate.

RTP2

- 14.30 - Filhos e Filhas
14.55 - Agora, Escolha!
16.25 - Trinta Minutos Com...
16.55 - Telenovela: «Helena»
17.30 - Viagem do Mimi (série)
18.00 - Hans na Maior (série)
18.50 - Atletismo - Meeting Internacional de Zurique (transmissão directa)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Joana (série)
22.25 - Clube de Imprensa
23.00 - Fantasia e Realidade
23.30 - Atletismo (transmissão directa de Zurique).



A XIX Conferência Nacional do Partido Comunista da União Soviética, recentemente realizada, foi atenta e acompanhada em todo o mundo. Dela resultaram importantes documentos, nos quais se faz, por um lado, um balanço de três anos de profundas transformações revolucionárias — a perestroika — e, por outro, se traçam as vias do seu aprofundamento como «único caminho possível para o reforço e o desenvolvimento do socialismo, para a resolução no interesse do povo dos problemas que hoje coloca o desenvolvimento social». São esses documentos, na sua versão integral, que a Editorial «Avante!» oportunamente publica em livro com o título **Aprofundar a Perestroika** — Intervenções de Mikhail Gorbatchov e Resoluções da XIX-Conferência do PCUS.

Esta obra abre com o discurso proferido pelo secretário-geral do Comité Central do PCUS, Mikhail Gorbatchov, subordinado ao título Sobre o Andamento da Concretização das Decisões do XXVII Congresso do PCUS e as Tarefas da Aprofundamento da Perestroika. Destacamos os três capítulos: «Desenvolver e Aprofundar a Perestroika», «A Reforma do Sistema Político, Garantia Essencial da Irreversibilidade da Perestroika» e «A Democratização da Actividade Dirigente e da Vida Interna do PCUS».

O livro inclui também as resoluções adoptadas na Conferência: «Sobre o andamento da concretização das decisões do XXVII Congresso do PCUS e as tarefas do aprofundamento da perestroika», «Sobre algumas medidas inadiáveis para a concretização da reforma do sistema político do país», «Sobre as relações entre as nacionalidades», «Sobre a democratização da sociedade soviética e a reforma do sistema político», «Sobre a luta contra a burocracia», «Sobre a glasnost» e «Sobre a reforma jurídica». O discurso proferido por Mikhail Gorbatchov, no encerramento da XIX Conferência Nacional do PCUS, fecha o livro.

A Editorial «Avante!» está certa de contribuir com esta edição para uma melhor compreensão do que realmente se passa hoje em dia na URSS.

edições
Avante!


VSEVOLOD KNIGJINSKI
A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL

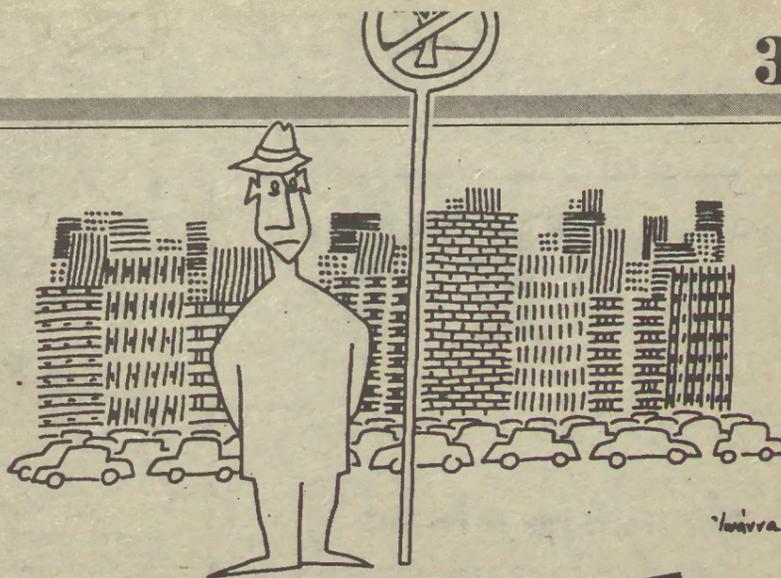
300 páginas — 750\$00

Cinema A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
B A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	★★	★	★
C Maurice	—	—	★★★	—	★★★
D O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de * a ★★★★★

A — Real. Steven Spielberg — Alfa/4 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Lisboa.
 B — Real. Philip Kaufman — Londres (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. James Ivory — Mundial/2 (15.15, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Bernardo Bertolucci — Gimini (15.00, 18.00, 21.30); Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa.



Teatro O Cartaz

• LISBOA

Casa dos Tabuenes, R. Poiais de S. Bento, 75-B. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental**, de Fialho de Almeida, enc. Silvina Pereira, pelo Grupo Malzum.

Ritz Clube De 3.ª a Sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Baile**, adaptação e encenação de Hélder Costa, pelo Grupo A Barraca.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a

sáb. às 20.30 e 22.45; dom. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

Teatro Aberto, Pç. de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A Nave Adormecida**, de Fernando Dacosta, encenação de Castro Guedes, pelo Novo Grupo.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel

Contreiras. 6.ª, 4.ª e 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb. às 20.00 e 22.30, dom. às 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, Mário Zambujal, José Duarte.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armandinho Cortez.

• **ALMADA**
Teatro Municipal de Almada, R. Conde

Feira. **Dona Rosinha Solteira**, de Frederico Garcia Lorca, enc. Joaquim Benite, diariamente às 21.30, sáb. e dom. Também às 16.00 — **Companhia de Teatro de Almada**.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Opereta**, de Gombrowicz, adaptação e encenação de Carlos Avilez — **Teatro Experimental de Cascais**.

Exposições



Cartazes de teatro polacos na zona de congressos da Fundação Gulbenkian

• LISBOA

Cartaz de Teatro Polaco. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e domingo das 10.00 às 17.00, 4.ª e sábado das 14.00 às 18.30.

A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro. — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Jorge Martins — Desenhos. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30. (até 31/8)

Lino António — Pintura. Gal. de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.30 e das 14.30 às 19.00.

Luis Caruncho Pintura e Gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113. (Até 13/8)

Martins Barata — Retrospectiva de pintura. Palácio Galveias, Campo Pequeno. De 3.ª a domingo das

14.00 às 19.00 (até 31/8).

Ourivesaria Portuguesa («Linguagem dos nossos ourives (séc. XII/XIX)» e «Linguagem dos novos materiais»). Galeria do Palácio da Ajuda.

Sam — Escultura. Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a 6.ª das 13.00 às 23.00; sábado das 9.00 às 13.00 (até 20/8).

Vieira da Silva — Pintura (80 obras de várias colecções). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 21/8).

• PORTO

Manuel Baptista — Pintura. Gale. Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 19/8).

• OUTRAS LOCALIDADES

Raquel Zagallo e Bernardette de Freitas — Cerâmica. Das 10.00 às 18.00, até

15/9, Biblioteca Pública ALMADA.

António Pimentel Pintura. Até 9/9, Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL.

1.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre. Até 30/9, Parque Central — AMADORA.

1.ª Mostra Nacional de Artesanato. Até 16/8, Recinto Municipal de Feiras e Exposições AVEIRO.

Mostra de Arte Brasil-Portugal — Colectiva de novos pintores brasileiros. Até 15/8, Casa dos Crivos BRAGA.

A Arte da Miniatura em Barro (colectiva). Até 21/8, Museu José Malhoa CALDAS DA RAINHA.

Espólio de Obras de Artes Plásticas do Museu Municipal de Almada. Até 30/8, Convento dos Capuchos COSTA DA CAPARICA.

José de Guimarães — Pintura e escultura. Convento dos Capuchos (até 20/8) COSTA DA CAPARICA.

Janet Brown e Jorge Mealha — Gravura, cerâmica, escultura. Galeria de Arte Arcada, todos os dias excepto

2.ª feira, das 11.00 às 13.00 e das 14.00 às 20.00 (até 6/9) ESTORIL.

Loures em Imagens do Passado — A Memória das Coisas — recolha fotográfica e etnográfica. Museu Municipal de Loures/casa do Adro. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 10/12) LOURES.

Tapetes orientais da colecção do Museu Gulbenkian. Até fim de Setembro, no Palácio Nacional MAFRA.

Luis Ralha — Pintura. Junta de Freguesia de Santiago SE-SIMBRA.

Eurico Gonçalves — Desenho e pintura (retrospectiva anos 50-80). Até 20/8, Museu de Setúbal.

Ilda Reis — Pintura. Galeria Municipal de Artes Visuais/Casa do Bocado. De 3.ª a dom. das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00 (até 28/8) SETÚBAL.

Manuel San-Payo — Pintura. Centro Cultural Emmerico Nunes SINES.

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00

às 20.00. TAVIRA

Arte Portuguesa Contemporânea — Exposição inaugural da Gal. Municipal de Vila Franca de Xira: pintura e escultura de Álvaro Perdigão, António Carmo, António Trindade, Carlos Calvet, Hélder Baptista, Hilário Teixeira Lopes, Isabel Sabino, João Duarte, Jorge Pinheiro, Maria João Franco, Néelson Dias, Rocha de Sousa, Rogério Amaral, Rogério Ribeiro, Virgílio Domingos. Até 21/8 VILA FRANCA DE XIRA.

Celso Pereira — Pintura. Até 21/8, Museu Grão Vasco VISEU.

Bartolomeu Cid dos Santos — Exposição de gravura integrada na VI Bienal Internacional de Arte VILA NOVA DE CERVEIRA.

Design Gráfico Português — Tema de várias exposições na VI Bienal de VILA NOVA DE CERVEIRA.

...e ainda

Música, debates, etc.

Jazz em Lisboa

Depois da apresentação, ontem, do Sexteto de António Pinho Vargas, o **Jazz em Agosto 88** que decorre na Gulbenkian proporciona amanhã a possibilidade de tomar pela primeira vez contacto com um novo colectivo de onze músicos portugueses liderados pelo saxofonista Carlos Martins.

Dois pianistas — **Cecil Taylor** e **Roger Woodward** — são intérpretes, nos dias 17 e 18, dos concertos que ainda durante a próxima semana dão seguimento ao festival.

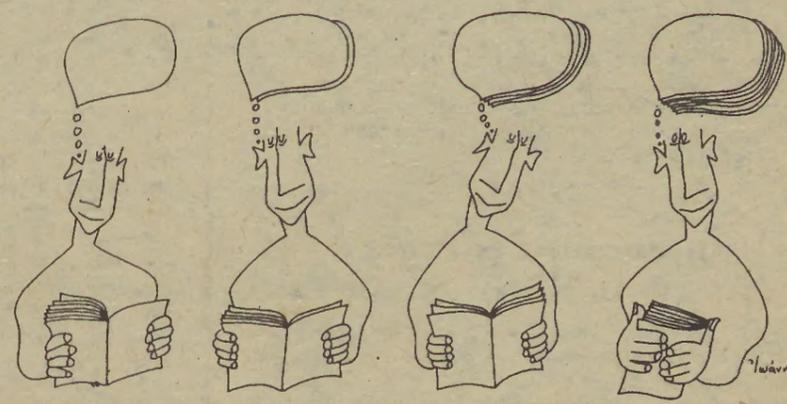
Concertos sempre às 21.30, com bilhetes a 500\$00 amanhã, a 800\$00 nos dias seguintes.



Festival dos Capuchos

A soprano **Montserrat Figueras** participa em dois dos concertos programados esta semana no âmbito do Festival dos Capuchos: hoje, acompanhada por **José Miguel Moreno** em guitarra, às 21.30 no Convento dos Capuchos; amanhã, com **Jordi Savall** em viola de Gamba, à mesma hora no Castelo de Palmela.

No sábado, de novo no Convento dos Capuchos, recital de piano por **Jean-Marc Luisada**.
 Na mesma sala, na quarta-feira, dia 17, às 21.30, um concerto diferente: «Canções da América» — Bernstein, Gershwin, John Carter — interpretadas por **Gwendolyn Bradley** acompanhada por **João Paulo Santos** ao piano.



Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo no Centro e Sul, apresentando-se muito nublado durante a madrugada e manhã de sábado no litoral a Norte do Cabo da Roca, região onde no domingo podem ocorrer chuviscos.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

TABELA DE ASSINATURAS

	12 N.ºs	25 N.ºs	50 N.ºs
Continente e Regiões Autónomas	625\$00	1250\$00	2500\$00
Europa	1950\$00	3875\$00	7750\$00
Países Africanos de Expressão Portuguesa	2350\$00	4625\$00	9250\$00
Outros países	3025\$00	6050\$00	12 100\$00

a TV

Treino... no jardim!

Há pequenas coisas que falam como gente grande. Há poucas palavras que dizem mais do que grandes discursos. O Governo fala, fala — e depois vem a realidade miudinha e deixa-o KO...

Aconteceu no domingo. Decorriam os campeonatos nacionais de atletismo, na Maia. A televisão dava em directo.

Entre os atletas salientou-se uma jovem lançadora de disco. Tem poder. Tem determinação. Tem classe.

Só não tem é condições materiais para desenvolver todas as suas qualidades. Um comentador diz-nos que a jovem vive em Aveiro e que, se quer treinar, tem de ir... para um jardim público da cidade...

Depois, são as discursatas de Cavaco sobre o seu «amor» à juventude. Depois, são as declarações de secretários e subsecretários a destacar a atenção que o Governo dedica aos jovens. Depois, a demagogia via TV...

... Mas depois, também via TV, sem querer, a realidade mete-se pelos olhos dentro, a desmentir a propaganda.

O exemplo daquela jovem atleta, a praticar num jardim público por ausência de melhores condições, parece uma caricatura. Mas não é. É o espelho fiel da «atenção» que o Governo presta aos anseios da juventude...

Mais vale prevenir...

Mais um desastre nos caminhos-de-ferro franceses. Desastre de grandes proporções. Que pode prenunciar outros de maior gravidade.

Telejornal de domingo falou do caso com algum desenvolvimento. Incluso, tivemos ocasião de escutar as declarações de representantes sindicais. Que disseram eles? Eles disseram que era criminosa a política seguida na organização dos caminhos-de-ferro. Denunciaram com firmeza, e em poucas palavras, o perigo dessa política pois, com ela, se assiste «ao sacrifício da segurança em benefício da rentabilidade».

Passou-se isto, repito, em França. As declarações que ouvimos foram proferidas por responsáveis sindicalistas franceses. Mas... o que se passa em Portugal?

Reporto-me a um **Jornal de Domingo** com a duração de 30 minutos onde quase um terço (!) foi dedicado à produção e próxima exploração comercial do gás natural. Reportagem longa, como já disse, e que culminou com a entrevista do subsecretário da Energia. Onde ficámos a saber que tal exploração será feita por empresas privadas...

Claro. Isto porque o Estado não tem vocação para gerir explorações rendíveis. A sua vocação é para gerir actividades deficitárias. Formidável!

Pois foi. Quase um terço. Compreende-se. Há uma terrível falta de notícias e é preciso estender a massa. Mas então, a propósito dos caminhos-de-ferro franceses, por que não organizaram uma reportagem sobre a situação nos caminhos-de-ferro portugueses? Lembro isto porque sindicalistas da CGTP já disseram, quase pelas mesmas palavras, o que declararam os seus camaradas franceses...

A sugestão aqui fica. É urgente. Porque mais vale prevenir que remediar. Principalmente, quando já nem remédio há...

Aquele autocarro, naquela data

Era uma manifestação. Uma manifestação muito especial. Alguns jovens num autocarro foram por essas praças da Linha — falar de Paz...

E não escolheram para isso um dia qualquer. Uma data qualquer. Não foi por acaso que se escolheu o sábado 6 de Agosto, data que nos fala do pesadelo de Hiroxima...

A iniciativa falava demasiado alto para que o Telejornal fugisse a prestar-lhe atenção. De facto prestou.

Fez o Telejornal de sábado o que devia? Fez, sem dúvida. Mas não fez o que podia. Incluir o acontecimento numa síntese de notícias, parece realmente muito pouco, atendendo à importância do seu significado. O impacto seria bem maior se ouvíssemos jovens a falar, eles próprios e em discurso directo, das suas preocupações e das suas esperanças.

Sim, porque Portugal não ficaria nunca de fora e em segurança em caso de uma guerra nuclear. Há, portanto, que lutar contra ela.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

As crianças portuguesas subiram nos últimos dias a títulos de jornais:

— a propósito do «sucesso inesperado» da mini-campanha contra o insucesso escolar promovida pelo Ministério da Educação. Ficou-se a saber que tudo começa afinal pelo princípio, isto é, pelo pão e pelo leite...

— a propósito das estatísticas, que o movimento sindical contesta, sobre exploração do trabalho infantil — curiosamente divulgadas na semana em que, segundo «O Jornal», o Ministério do Trabalho discute um projecto «visando controlar a saída de informação sobre dados estatísticos»...

Sobre tais e outras notícias os jornais são parcos em comentários, como o são em colunas de opinião. O vidente artigo do «Expresso» sobre Abecasis que parcialmente transcrevemos é útil excepção: preto-não-branco fica que, neste momento, não só para os democratas a gestão da Câmara de Lisboa é disparatada, demagógica, caótica.

«Eu nunca brinco»

É revelador que o problema da exploração do trabalho infantil tenha finalmente desembocado numa questão de números, com acusações cruzadas de estarem a ser falseadas as reais proporções do flagelo. Assim, a Intersindical diz que se o Ministério do Trabalho não detectou mais do que aqueles 124 casos «foi porque não quis», enquanto o ministro considera que tem havido «um empolamento» do assunto.

Já que se trata de números, poderíamos procurar outros, tão ou mais chocantes do que estes, embora, naturalmente, mais reduzidos: os do acidente de trabalho com crianças. Não há muito tempo, a televisão entrevistava um menino de 13 anos que tinha ficado sem uma perna, e a nossa reportagem encontrava na Imprensa regional de Braga, na mesma altura em que fez o trabalho acima referido, notícia da queda de um operário de 14 anos do quarto andar de uma construção.

Uma cortina de silêncio embaraça toda a investigação (seja dito em abono dos fracos números recolhidos pela Inspeção-Geral do Trabalho), quer a oficial, quer a dos meios de comunicação. São daquelas coisas que toda a gente sabe, mas que ninguém viu... As crianças são escondidas quando chega a fiscalização, os padrões aumentam-lhes a idade para cima dos 14 anos legais, as próprias crianças aprendem depressa a mentir, são muitas vezes os pais que pedem emprego para elas nas fábricas e nas obras das redondezas.

Se assim é em empresas registadas, que dizer das pequenas fábricas clandestinas, das obras sem alvará, do comércio miúdo itinerante? «O trabalho do menino é pouco, quem o não aproveita é louco» — dizia um provérbio tradicional. Na antiga agricultura de subsistência, sabemos que essa integração da criança na unidade económica familiar se fazia cedo quase sem iniciação formal. As novas instituições da escolaridade obrigatória e do respeito por legislação que visa proteger as crianças de verem o seu presente roubado por uns trocos miúdos que

não lhes garantem o futuro não conseguem ainda, em várias regiões do País, impedir eficazmente uma convergência de cumplicidades ditada pela pobreza, de um lado, e pelo ganho discreto, sem responsabilidade nem segurança social, do outro.

Nada obriga essas entidades patronais a respeitar prazos de estágio ou de vinculação efectiva. Como se dizia na nossa reportagem de Novembro, «pode assim suceder que uma criança que trabalha desde os 10 ou 12 anos se encontre no desemprego a partir dos 14». Depois, a disciplina é interiorizada, não se trata só de camuflar uma situação que é séria, trata-se de a tomar muito a sério. Um dos miúdos entrevistados justificava as «caroladas» que o encarregado lhes aplicava quando se distraíam: «Acho bem, se eles não trabalham, têm de levar... Eu nunca brinco.»

(«Diário de Notícias», 9-Agosto)

O primeiro remédio

• «Os resultados já apurados do Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Escolar indicam que foram excedidas as metas calculadas, obtendo-se, em vez da desejada redução do insucesso em 5 por cento, valores em torno dos 15 por cento, relativos à média dos últimos anos. São números significativos, tanto em relação ao que estava previsto no esforço governamental como em comparação com os níveis tradicionais do insucesso escolar, que muitas vezes chegavam aos 40 e mais por cento.

É certo (e pelo menos um sindicato de professores não deixou de o sublinhar) que a estatística se refere apenas à área abrangida por este programa concreto, a qual cobriu, desde o início do ano, um total de cerca de 114 mil alunos do ensino primário, em 60 concelhos do Continente e quatro delegações do concelho de Lisboa.

O ministro Roberto Carneiro admitiu que a distribuição de leite e de um suplemento alimentar nas escolas abrangidas pelo programa funcionou como estímulo a que muitos pais procurassem ma-

tricular nelas os seus filhos. Não há aqui culpa do seu Ministério (diríamos antes: assim houvesse programas especiais por todo o lado); mas não deixa de ser chocante que um ministro tenha de reconhecer, como ele o fez, que se fosse elaborada uma escala das causas do insucesso escolar, a falta de alimentação adequada viria entre as três primeiras.

É muito grave que assim continue a acontecer, num País que se fala, por vezes com demasiada segurança, de uma Europa a que não se pertence só por adesão formal.»

(«Diário Notícias», 8-Agosto)

O «fado capital» que parece (mas não é!)

• «Contrariando os cenários políticos mais óbvios, segundo os quais seria matematicamente impossível que um candidato pelo CDS pudesse manter hoje veleidades em continuar à frente do primeiro município do país, Abecasis aparece desde já como o favorito da corrida autárquica do próximo ano. (...)

Abecasis encena o espectáculo da fatalidade irresistível da sua candidatura, confiando em que acabará por vencer as reservas secretas de quem, no fundo, depende a derradeira palavra: o líder do PSD e primeiro-ministro em funções, Aníbal Cavaco Silva. Não por acaso, o cavalo de Tróia de Abecasis penetrou na cidadela do PSD através do calcanhar de Aquiles... de Aníbal, essa irrequieta Distrital de Lisboa que o líder indiscutível do partido governamental não conseguiu domar nas cerimónias preparatórias do Congresso social-democrata. Bastará talvez que Abecasis proceda a uma subtil cosmética de distanciamento relativamente ao seu partido e a Freitas do Amaral — hoje em males-de-amor com Cavaco Silva — para o primeiro-ministro conceder o seu benefício a uma operação pacificadora das suas relações com os meninos rebeldes lisboetas. Operação que, por outro lado, lhe permitiria lançar um sinal de abertura à direita, perturbando e dividindo as hostes freitistas e reeditando, sem compromissos e custos políticos, uma certa nostalgia da AD.

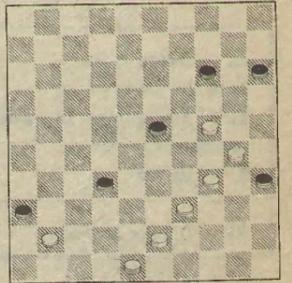
Com efeito, a condescendência — ainda que não o empenhamento — face à recandidatura de Abecasis poderia proporcionar a Cavaco o reencontro com uma direita hoje relativamente amorfa e, quem sabe?, estimular o esvaziamento do que resta do CDS. Um super-PSD, abrangendo todo o campo entre o centro esquerda e a direita civilizada, sem esquecer a corda populista que Abecasis faz vibrar, não seria um projecto propriamente desprezível. Aliás, se o PSD já tem um Alberto João Jardim nas ilhas, talvez não fosse inconveniente que mantivesse como aliado um Nuno Abecasis na presidência da Câmara de Lisboa. Se o populismo é um dos principais — se não o principal — «suplemento de alma» para uma social-democracia insipiente, porquê desbaratar esse precioso capital? »

(Vicente J. Silva, «Expresso», 6. Agosto)

Damas

CLXVI — 11 de Agosto de 1988
Proposição n.º 166
Por: Tevan
— 1951

Pr.: [6]: 14-15-23-32-35-36

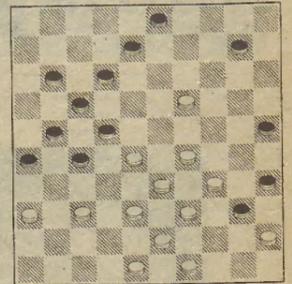


Br.: [7]: 24-30-34-39-41-43-48

Jogam as Brancas e ganham

Golpe N.º 166
Por: C. Cascino
— Marseille, 1979

Pr.: [13]: 3-8-10-11-12-17-21-22-25-26-27-35-40



Br.: [13]: 19-28-29-33-34-36-37-38-39-43-45-48-49

As Brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CLXVI

Miniatuura n.º 166 (T.): 30-25 (36x47=D); 34-40 (47x20); 39-34 (35x24); 34-29 (Pretas «comem»); 43-38 (Pretas «comem»); 48x10 (15x4); 25x14+ Golpe n.º 166 (C.G.): 37-31 (26x37); 48-42 (37x48=D); 29-24 (40x20); 38-32 (27x29); 39-33 (48x13); 33x4=D (22x33); 4x29+

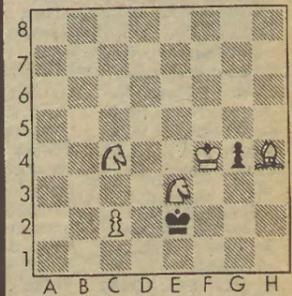
A. de M.M.

Xadrez

CLXVI — 11 de Agosto de 1988

PROPOSIÇÃO N.º 166
Por: Camille Sénéca
«Miniatures Stratégiques»,
1935

Pr.: [2]: P.g4 - R62



Br.: [5]: P.c2-Cs.C4,63 - Bh4-Rf4

Mate em 4 lances

★

JOGO N.º 166

Taça do Mundo/Belfort (F.), 1988
Pr. Hjatanson
Pr. Nogueiras

1. é4, é6; 2. d4, d5; 3. Cc3, Bb4; 4. é5, Cc7; 5. a3, Bc3; 6. b.c3, c5; 7. Dg4, Dc7; 8. D:g7, Tg8; 9. D:ht, c.d4; 10. Cc2, Cbc6; 11. f4, Bd7; 12. Dd3, d.c3; 13. D:c3, Cf5; 14. Tb1, 0-0-0; 15. Tg1, d4; 16. Dd3, Ca5; 17. g4, Ba4; 18. c3, Bc2; 19. .D:c2, d3; 20. Daz, Dc5; 21. Tg2, Cc3; 22. B:é3,D:é3; 23. Tg3, d2+; 24. Rd1, Df2; 25. Rc2, D1=D+; 26. T:d1, T:d1; 27. R:d1, D:f1+; 28. Rd2, b5; 29. R:é3, Cc4+; 30. R:é4, Df2 e Brancas abandonam.

★

SOLUÇÃO DO N.º 166

1. Rg3, R61;
2. R:g4x, R62;
3. Rg3, R61;
4. Rf3 ++

A. de M. M.